



**RELATÓRIO
&CONTAS**
2021

Acerca da CIN

A CIN é uma empresa portuguesa com mais de 100 anos de experiência no segmento de tintas e vernizes. A aposta constante na qualidade dos seus produtos e no rigor das suas operações permitiu à CIN a continuidade da sua liderança de mercado na Península Ibérica e a conquista progressiva do mercado europeu ao longo das últimas décadas, sendo hoje reconhecida como uma das mais importantes fabricantes no Continente Europeu e uma marca de referência a nível mundial.

Em território nacional, o crescimento da CIN tem sido igualmente assinalável, sobretudo se se considerar o curso da sua actividade face ao contexto de pandemia, iniciado no primeiro trimestre de 2020. O cenário de incerteza que afectou a generalidade do tecido económico português em 2020 teve continuidade no ano de 2021 – que se caracterizou por um novo período de confinamento, com os consequentes desafios inerentes ao “novo normal”.

Apesar do contexto pandémico, especialmente da sua influência na indisponibilidade de matérias-primas, a CIN voltou a atingir resultados recorde: a Sub-Unidade de Negócio de Tinta em Pó da CIN Indústria superou o patamar das 10.000 toneladas fabricadas e a Unidade de Negócios de Construção Civil em Portugal alcançou o melhor ano de sempre, com um volume de negócios de 140 milhões de euros.

Os resultados obtidos nas outras Unidades de Negócio da marca permitiram que, no final de 2021, a CIN alcançasse um volume de negócios total de 351,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 12% face a 2020.

Estes resultados são também possíveis pelo contributo de oito Centros de Investigação & Desenvolvimento (I&D) próprios, em Portugal, Espanha e França, nos quais trabalham cerca de mais 140 técnicos especializados.

A CIN centra a sua actividade nos três principais segmentos de mercado: Construção Civil, Indústria e Protecção Anticorrosiva. Com uma capacidade instalada de 135 mil toneladas, apoiada por 14 centros de armazenamento e distribuição – equivalente a mais de 150 mil metros quadrados de área –, a produção é assegurada por 10 fábricas localizadas em Portugal, Espanha, França, Angola e Moçambique.

Como resultado do reforço da participação detida no Grupo Italiano Boero Bartolomeo, a CIN passa a operar no segmento de *Yachting and Marine* – tintas de alta qualidade para pintura, reparação e manutenção de barcos. As vendas desta Unidade de Negócio concentram-se em Itália, tendo atingido um volume de negócios de 16 milhões de euros, representando 5% do negócio global da CIN.

A par da inovação, outro dos pilares essenciais da CIN prende-se com a sustentabilidade das suas operações, uma realidade que está bem patente nas certificações que tem vindo a obter ao longo dos anos, em concreto no âmbito dos seus sistemas de gestão de Qualidade (ISO 9001), Ambiente (ISO 14001) e Higiene, Saúde e Segurança (OHSAS 18001).

A CIN conta actualmente com mais de 130 lojas próprias, distribuídas por todo o território nacional, Espanha, Angola e Moçambique e mais de 1800 colaboradores.

A CIN no Mundo

A nível global, o ano de 2021 foi especialmente relevante para a consolidação da marca CIN, evidenciada pela subida nos rankings europeus e mundiais. Assim, no mapa do Continente Europeu, a CIN situa-se agora como 13º maior fabricante de tintas, segundo o European Coatings Journal. Por sua vez, e numa perspetiva mundial, a CIN encontra-se hoje no top 40, ocupando a 39ª posição do Coatings World Top Companies Report.

O reconhecimento além fronteiras é um retorno do investimento contínuo na inovação, no elevado nível de rigor e na excelência que caracterizam a marca CIN – o que permite um posicionamento relevante perante outros *players* internacionais e uma perspetiva positiva para os anos vindouros.

Em termos da utilização prática dos produtos CIN, o Continente Africano destaca-se em 2021 pelo número de obras relevantes, executadas com o apoio técnico e soluções diversificadas da marca, quer em Angola, quer em Moçambique.

Em Angola, as obras mais relevantes dizem respeito ao Hospital Sanatório de Luanda, Centro Nacional de Eleições, Centralidade de Cazenga, Hospital-Maternidade Irene Neto e Procuradoria da República.

Por sua vez, em Moçambique, a CIN teve maior destaque na Estação de tratamento de água de Sabie, Filial do Banco de Moçambique, Edifício da SENSAP (Bombeiros), o Centro de Processamento de Carnes, as Casas HCB, o Edifício da Padaria Indico, o Edifício Emose, o Edifício Lux House (com 20 andares) e a Reabilitação Hospital Central de Maputo.

Na área de responsabilidade social, salientamos o apoio no Bring Back Maputo, no Mural Cooperação Espanhola, no Mercado de Frango e Magumba, no Homenagem aos profissionais de saúde Mural nos hospitais: COVID; no projeto “Arte nas Pediatrias”; no Mural Makobo: Black and White concept; no Movimento Artístico: Escadarias; no Movimento Artístico: Mural Mercado Povo; no Mercado do Peixe: Mural 3D; no Mural: Tribunais Judiciais e no Mural: Prevenção COVID-19.

Construção Civil

A Unidade de Negócio dedicada à Construção Civil, que abrange tintas e vernizes para edifícios aplicadas por profissionais e clientes finais ('Faça Você Mesmo'), é a mais representativa entre os três segmentos de mercado em que a CIN actua. Com produção assegurada na Península Ibérica e no continente Africano, a comercialização faz-se através de lojas próprias e distribuidores em Portugal, Espanha (incluindo Canárias), França, Bélgica, Luxemburgo, Suíça, Polónia e Turquia.

Em 2021, a Unidade de Negócios de Construção Civil alcançou um volume de negócios de 214 milhões de euros. Tendo em conta a relevância desta área estratégica – 61% do volume total de negócios da CIN -, é de salientar o aumento de quota de mercado em Portugal, uma evolução evidenciada em todas as categorias de produto, mesmo com o forte aumento do valor das matérias-primas como consequência do contexto global.

A reorganização da área comercial bem como a integração da marca Sotinco fez-se notar de forma considerável nos resultados positivos alcançados em todos os canais de distribuição, com particular relevância nas 136 lojas próprias, distribuídas por Portugal, Espanha, Angola e Moçambique.

Em Espanha, mantém-se em curso um ambicioso plano de reestruturação organizativa e comercial, a qual passa pela renovação dos pontos de venda existentes, assim como a abertura de novas lojas próprias, promovendo a proximidade junto dos clientes e um maior envolvimento com a marca.

No território africano, o ano de 2021 mostrou sinais de recuperação, com maior evidência em Moçambique.

Embora tenha havido alguns sinais de estabilização, Angola continuou em recessão económica, apresentando uma taxa de inflação bastante considerável, e elevadas taxas de desemprego. A estas dificuldades as condicionantes relativas à pandemia, também se fizeram sentir. Apesar deste cenário, a CIN Angola obteve bons resultados, quer pela reestruturação levada a cabo na empresa, quer pelo controlo de custos mas também, e especialmente, pelo aumento de vendas. No fim de 2021 foi possível marcar uma inversão da tendência dos últimos anos, notando-se um crescimento significativo do volume de negócios neste território. De assinalar a campanha do 50º aniversário da CIN Angola, a adaptação contínua da oferta do portefólio de produtos às necessidades do mercado local assim como a aposta na profissionalização e formação das equipas.

A actividade da CIN Moçambique teve um enorme destaque ao longo do ano de 2021, com um crescimento contínuo e sustentado que permitiu ultrapassar os resultados alcançados em período homólogo – uma realidade que tem sido constante ao longo dos últimos anos e que tem possibilitado o aumento da quota de mercado neste território.

A estratégia da CIN em território moçambicano passa pela aposta na área de Prescrição, divulgação da marca e formação técnica dos colaboradores.

Indústria

A Unidade de Negócio de revestimentos industriais produz e comercializa tintas em pó, para protecção e acabamento de metal, e tintas líquidas, destinadas às mais diversas aplicações industriais. Com unidades de produção em Portugal, Espanha e França, a CIN Indústria serve mais de uma dezena de sectores, nos quais se incluem os componentes para edifícios, os veículos comerciais e industriais ou as embalagens de vidro e plástico. A expansão geográfica e o reforço da carteira de soluções são dois pilares estratégicos para o seu crescimento e consolidação. A Unidade de Negócio de tintas industriais representou, em 2021, 26% da facturação da CIN, equivalente a um volume de negócios de 90 milhões de euros.

Em 2021 destaca-se a reorganização desta Unidade de Negócio em duas sub-unidades – Tintas em Pó e Tintas Líquidas – no sentido de melhor responder às necessidades actuais e futuras destes mercados. Desta alteração, resultou uma nova dinâmica comercial que já se fez notar, de forma considerável, nos resultados positivos em todos os mercados em que a CIN Indústria actua.

Apesar do impacto de mais um ano de pandemia, os produtos da CIN Indústria estiveram na base de projectos de elevada relevância nacional e internacional, dos quais destacámos: Hotel no Caribe pintado com Tinta em Pó, um mercado em Madagáscar (1ª linha de pintura de Tintas em Pó), a frota da Vimeca e também uma estrutura de hipermercados em Portugal.

Destaque especial para CINIDROL S820 HP – um produto CIN desenvolvido especificamente para pintar e proteger molas de suspensão automóvel, presente em mercados como Tunísia, Turquia, Marrocos, Roménia, Alemanha, Espanha e França.

Protecção Anticorrosiva

Nesta Unidade de Negócio enquadram-se os revestimentos para protecção de activos e estruturas utilizados em diversos sectores, como Edifícios e Infra-estruturas, Instalações Industriais e de Extração, Petrolíferas e de Gás, de Energia, e de Águas assim como Indústria Alimentar. Estes mercados, extremamente exigentes, têm levado a CIN a fortalecer cada vez mais o seu investimento estratégico em **Investigação & Desenvolvimento & Inovação (I&D&I)**.

Em 2021, a Unidade de Negócio de Protecção Anticorrosiva atingiu um volume de negócios de 32 milhões de euros, o que representa 9% do negócio global da CIN.

Nesta Unidade de Negócio, a CIN continuou a apostar no desenvolvimento do portefólio de produtos, com a introdução de diversas soluções que aumentam a competitividade e desempenho da marca nos vários mercados onde está presente.

De um ponto de vista de vendas, destaca-se a procura por produtos intumescentes onde esta Unidade de Negócio apresenta produtos de alta performance e muito competitivos.

Seguindo a estratégia de crescimento internacional, a CIN esteve presente no fornecimento de produtos em grandes obras de infraestrutura na África Ocidental, na infraestrutura aeroportuária na América Central e contribuiu para a homologação para fornecimento de grandes *players* de energia eólica, acompanhando a transição energética.

Investigação & Desenvolvimento & Inovação

Durante o ano de 2021 a Divisão Técnica do Grupo CIN, constituída por 140 técnicos especializados, esteve envolvida em 90 projectos de Investigação e Desenvolvimento (I&D) dos quais cerca de 30 foram concluídos com sucesso. Durante este período foram testadas cerca de 430 novas matérias-primas, foram desenvolvidas e criadas mais de 3600 novas formulações e feitos cerca de 3000 novos estudos de cor.

Em 2021, foram desenvolvidos vários produtos novos, com características relevantes, para todas as Unidades de Negócio da CIN, dos quais salientamos: tinta aquosa acrílica premium mate e semi-mate para paredes interiores, esmalte aquoso acrílico uretanado brilhante para madeira e metal, aditivo para tintas aquosas para a realização de efeitos decorativos em paredes interiores, verniz de protecção, revestimento aquoso foto-reticulável acrílico com fibras para impermeabilização, revestimento de alta espessura de poliuretano de aplicação directa ao metal, verniz de poliuretano mate antigraffiti para betão, revestimento de alta espessura acrílico acetinado para protecção de betão, tintas termoendurecíveis para a protecção interior e exterior de tambores metálicos, revestimento de alta espessura de poliuretano de aplicação directa ao metal, entre outros.

De salientar que, durante este ano, os custos de homologação e certificação de produtos e esquemas de pintura em laboratórios externos oficiais, ascenderam a cerca de 260 mil euros, sendo cerca de 35% deste valor relativo a produtos da Unidade de Negócio de Protecção Anticorrosiva, investimento que evidencia a aposta da CIN na internacionalização e globalização do negócio.

Procurando a melhoria contínua e inovação constantes, importa também salientar que o valor total investido na aquisição de novos equipamentos foi de 120 mil euros.

A CIN cooperou com diversas instituições académicas, executando projectos que permitiram desenvolver aptidões e aplicar conhecimentos em situações reais, nomeadamente a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Instituto de Engenharia da Universidade do Porto e Universidade de Aveiro.

RELATÓRIO DE GESTÃO



Aos nossos Accionistas,

No cumprimento das obrigações legais e, designadamente, do disposto nos artigos 508-A e 508-C do Código das Sociedades Comerciais, submetemos a V. Exas. o relatório consolidado de gestão, o balanço consolidado, as demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e dos fluxos de caixa, e os anexos do exercício de 2021.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2021 caracterizou-se essencialmente pela recuperação económica face à hecatombe provocada pela pandemia em 2020, apontando as estimativas optimistas para um crescimento global a rondar os 6%. Esta dinâmica foi possível, apesar dos contratempos provocados pelo aparecimento de novas variantes de Covid-19, às quais o processo generalizado de vacinação deu uma resposta extremamente eficaz, principalmente nos países desenvolvidos, permitindo o levantamento progressivo de restrições à actividade económica e circulação de bens, o que provocou um aumento da procura, nem sempre acompanhado do lado da oferta, agudizando assim pressões inflacionistas já elevadas por via da componente energética.

Todas as economias registaram aumentos do PIB, estimando-se um aumento nos EUA de 5,6%, ainda assim penalizado por interrupções e estrangulamentos nas cadeias de abastecimento, que também afectou com significado o desempenho da economia Alemã, cuja recuperação foi das mais desafortunadas da União Europeia, a crescer uns modestos 2,7%. Os restantes países a que estamos mais expostos neste espaço geográfico, registaram crescimentos mais acentuados em torno da estimativa, para a zona euro, de 5,2%.

Em Portugal o PIB cresceu 4,9% em 2021, mantendo-se a riqueza ainda abaixo dos níveis pré- pandemia. O crescimento beneficiou essencialmente da forte recuperação da procura interna, tendo a evolução sido relativamente equitativa nos seus componentes, embora com maior destaque, em termos relativos, para o investimento. A taxa de desemprego caiu para 6,3%, beneficiando da recuperação do emprego, nos sectores privado e público, mas em consequência assiste-se a situações de escassez de recursos humanos que penalizam o desempenho de alguns sectores económicos, nomeadamente o sector da construção.

Espanha, onde o impacto inicial da crise Covid19 foi dos mais intensos, registando em 2020 uma quebra do PIB de 10,8%, apresentou um crescimento de 5,1% em 2021, ainda assim largamente insuficiente para recuperar os níveis pré-pandemia. O atraso na recuperação do sector turístico, do qual a economia espanhola é fortemente dependente, assim como a debilidade do investimento, principalmente no sector automóvel, mais afectado pelas rupturas nas redes de supply-chain, sustentam este desempenho.

A economia Francesa deverá recuperar 6,8% em 2021, impulsionada pelas medidas públicas de suporte à actividade e sustentada na procura interna, essencialmente no consumo publico e no investimento. Apesar de mais focalizadas e orientadas a sectores específicos, estão previstas medidas ambiciosas de apoios públicos, que deverão representar anualmente cerca de 1,3% do PIB em 2022 e 2023.

Em Itália, após uma contracção significativa do PIB em 2020, a economia cresceu uns robustos 6,5% em 2021, determinada maioritariamente pela procura interna e exportações. Itália é, no entanto, um dos países com uma forte dependência na importação de energia, nomeadamente da Rússia, com quem tem estabelecidos relevantes laços comerciais e de investimento, podendo ser umas das economias mais afectadas com as sanções impostas, decorrentes da crise na Ucrânia.

Em Angola, após uma recessão de cinco anos, prevê-se que a economia tenha apresentado um crescimento marginal em 2021, beneficiando do aumento do preço do petróleo mas também pelo desempenho positivo do sector não petrolífero. Assistiu-se ainda a uma valorização cambial da moeda local mantendo-se a economia sem restrições à transferência de divisas.

Moçambique terá apresentado um crescimento moderado, na ordem dos 2,2%, impulsionado pelo sector primário, ainda que enquadrado num clima de insurgência armada na província de Cabo- Delgado, que apesar da ajuda externa recebida para a conter, ainda assim penalizou decisivamente o desenvolvimento de projectos na região, nomeadamente na extracção de gás natural. Assistiu-se a uma valorização cambial do metical em 2021, e, apesar da normalização dos pagamentos em divisas na aquisição de bens ao exterior, os pagamentos de serviços têm sofrido entraves por parte das autoridades bancárias.

A guerra iniciada na Ucrânia e as sanções económicas contra a Rússia daí decorrentes impuseram um novo cenário geopolítico que penalizou as perspectivas de recuperação da economia mundial e agravou a oferta global de produtos, com maior ênfase e impacto no continente europeu e com consequências ainda difíceis de quantificar, mas com certezas quanto ao abrandamento do crescimento e aumentos de inflação, significativamente acima dos anteriormente estabelecidos, assim como com o indubitável reflexo no aumento de taxas de juro.

ACTIVIDADE 2021

Nota prévia:

No ano de 2021 foram incluídos pela primeira vez no perímetro de consolidação os valores referentes à actividade do grupo Boero Bartolomeo ("Boero"), da CIN Coatings Polska, da CIN Brasil e da Conceitcor. Dada a materialidade dos valores associados à Boero, procedemos à apresentação dos montantes de vendas comparáveis relativos ao ano anterior, conforme descrito nos parágrafos seguintes.

A Boero desenvolve a sua actividade em três segmentos de negócios: decorativos, yatch e naval. O segmento de decorativos, já maioritário no grupo CIN, é o mais representativo, respondendo por 85% das vendas da Boero. O segmento yatch está associado à pintura, reparação e manutenção de iates e super-iates e o sector naval refere-se exclusivamente a um contrato de "tool manufacturing" para fornecimento de produtos à empresa Chogoku-Boat.

Mercados

O volume de negócios do Grupo ascendeu a 351,7M€ em 2021, o que representa um aumento de 12% face ao montante comparável do ano anterior, e de 55% face ao valor estatutário de 2020.

Por mercados, em Portugal as vendas cresceram 10,9%, evolução transversal a todos os segmentos de negócio, mas com maior dinamismo no segmento de indústria, em recuperação face à quebra evidenciada em 2020.

Em Espanha, as vendas aumentaram 12,1%, com todos os segmentos a evoluírem positivamente, mas com um claro ênfase no segmento de indústria, tendo o segmento de decorativos crescido a um ritmo mais moderado, mas acima do crescimento evidenciado pelo mercado.

Em França, as vendas no ano de 2021 aumentaram 7,5%, embora com *performances* díspares por empresa, tendo o segmento industrial da CIN Celliose crescido de forma relevante enquanto na CIN Monopol a actividade contraiu ligeiramente. O segmento de decorativos evidenciou um comportamento positivo e o segmento Yatch apresenta uma quebra de 3,3%.

No mercado Italiano as vendas aumentaram 13,1%, tendo os três segmentos de negócio evoluído de forma favorável.

O mercado de exportação aumentou 11,3%, sustentado no crescimento do segmento indústria, mas também pela boa *performance* nos segmentos de decorativos, com destaque para o mercado de Cabo Verde, e de protective coatings, onde o crescimento foi distribuído por vários destinos. O segmento Yatch regista uma quebra marginal.

O mercado Angolano cresceu significativamente (22%) em 2021, após 3 anos de contracção. Este bom desempenho foi transversal a todos os segmentos onde a CIN Angola opera e acompanhou a evolução positiva dos indicadores económicos ao longo do ano: retorno ao crescimento económico nos 3º e 4º trimestres, apreciação progressiva do kwanza, redução significativa da dívida pública e beneficiando ainda do aumento do preço do petróleo, do qual a economia Angolana é ainda dependente.

Em Moçambique as vendas cresceram uns expressivos 17,6%, apesar dos indicadores de crescimento da economia terem permanecido modestos, embora com perspectivas positivas. Verificou-se ao longo de 2021 uma valorização gradual do metical, mas persistem, no entanto, restrições nas transferências de divisas sobre serviços.

Nos mercados externos de protective coatings com presença local, as vendas aumentaram 27,3%, suportadas no excelente desempenho da África do Sul, México e Polónia já que na Turquia as vendas caíram moderadamente.

Unidades de Negócio (U.N.)

Na **U.N. de Decorativos** o volume de negócios aumentou 10,8% relativamente ao período comparativo do ano anterior.

Em Portugal, as vendas do Grupo mantiveram um ritmo de crescimento robusto (+9,7%), em linha com o crescimento do mercado. Em 2021 este crescimento incorpora um aumento relevante do preço médio de venda, efeito consequente ao aumento do custo das matérias-primas ao longo do ano.

Em Espanha, as vendas de decorativos cresceram 5,4%, o que permitiu um ligeiro reforço da quota de mercado. Esta evolução esteve suportada fundamentalmente no bom comportamento da distribuição moderna e vendas directas, já que no canal da distribuição tradicional as vendas mantiveram-se ao mesmo nível do ano anterior.

Em França, o segmento Deco no mercado interno revela um aumento de 4,8%, tendo-se mantido o ritmo de crescimento evidenciado no ano anterior.

Em Angola, a unidade de decorativos aumentou o volume de vendas em 15,5%, com maior destaque na boa *performance* da revenda (38%), embora a rede de lojas próprias tenha também registado uma evolução assinalável (14%).

Em Moçambique, neste segmento, o volume de negócios cresceu 16,4%, também sustentado num maior dinamismo da revenda face à actividade nas lojas próprias.

Em Itália, o segmento de decorativos no mercado interno registou um crescimento de 13,3%.

Na exportação de decorativos as vendas aumentaram 29,5% devido essencialmente à melhoria nas exportações de Portugal para África.

O volume de negócios da **U.N. Indústria** aumentou 15,1%, com maior ênfase no mercado espanhol, onde a taxa de crescimento superou os 30%, num movimento generalizado de recuperação face às quebras decorrentes da pandemia. Portugal registou também um aumento de 14,9%, com destaque para os sectores da arquitectura, estanteria e embalagens metálicas. Em França o crescimento foi de 9,9%, tendo os segmentos da distribuição e indústria geral penalizado uma recuperação mais robusta dos restantes segmentos da actividade. Nos restantes mercados, com menos relevância em termos de impacto no Grupo, de realçar o desempenho positivo em Angola e Moçambique.

As vendas nos mercados de exportação aumentaram 8,8%, devido essencialmente ao dinamismo dos mercados Alemão, Belga e Polaco.

Na **U.N. Protective Coatings** as vendas aumentaram 7,3%. Esta unidade de negócio foi das mais afectadas pelo contexto de aumentos regulares dos preços de matérias-primas e mesmo de situações de escassez pontual o que condicionou a actividade ao longo do ano. Apesar desta instabilidade, no mercado interno em Portugal registou-se um desempenho positivo de 11,2% e Espanha de 6,4%. Nos restantes mercados, com menor peso em valor, o volume de negócios evoluiu também positivamente, com especial relevo para Angola.

A exportação desta U.N. registou um forte aumento de 23,5%, evolução caracterizada por uma tendência generalizada de recuperação da actividade, face ao período de maior impacto Covid, dos mercados tradicionais de exportação do grupo.

Na **U.N. Yatch** as vendas aumentaram 4,4%, suportadas num bom desempenho no mercado interno italiano, já que, quer no mercado francês quer na exportação a *performance* foi ligeiramente negativa.

Visão Financeira

Nota prévia: No ano de 2021 foi incluída pela primeira vez no perímetro de consolidação os valores referentes à actividade do grupo Boero Bartolomeo ("Boero"), da CIN Coatings Polska, da CIN Brasil e da Conceitcor. Dada a materialidade desta alteração procedemos à apresentação de indicadores financeiros consolidados para efeitos comparativos (dados pró-forma não auditados), tal como apresentado no quadro seguinte. Adicionalmente, a performance operacional nos anos em análise está afectada por movimentos não recorrentes, cujos efeitos estão também expurgados na análise efectuada.

Valores expressos em M€	Consolidado Dezembro 2021	Pró-forma não auditado Consolidado Dezembro 2020	Variação % Dezembro 21/20	Indicadores estatutários Consolidado Dezembro 2020
Vendas e prestações de serviços	351,7	314,1	12,0%	226,5
Margem bruta em valor	183,9	174,6	5,3%	118,0
Margem bruta percentual	52,3%	55,6%		52,1%
Fornecimentos e serviços externos	60,3	55,8	8,0%	31,6
Custos com pessoal recorrentes	71,9	70,3	2,3%	50,1
Outros custos (proveitos) operacionais recorrentes	0,5	0,7	-27,2%	0,3
EBITDA Recorrente	51,2	47,8	7,1%	36,0
Amortizações e depreciações	17,8	17,8		13,1
Provisões e perdas por imparidade	0,3	1,5		0,4
EBIT Recorrente	33,0	28,5	16,0%	22,5
Resultados relativos a investimentos	-0,2	0,0		0,1
Resultados financeiros líquidos	-4,0	-3,3	23,0%	-2,7
Resultados não recorrentes (*)	0,1	-1,5		-1,6
Imposto sobre lucros	-6,3	-6,3	-0,4%	-4,6
Resultado líquido consolidado	22,5	17,4	29,4%	13,7
atribuível ao Grupo	21,9	16,8	30,8%	13,7
atribuível aos interesses sem controlo	0,6	0,7		0,0
Fluxos operacionais de tesouraria	29,5	47,2		36,6
Recebimentos de clientes	401,7	377,0		269,4
Pagamentos a fornecedores	257,7	217,8		152,7
Activos não correntes	203,1	216,9		171,8
Activos correntes	208,4	188,6		132,5
Existências	74,3	60,0	23,7%	41,1
Clientes	72,0	63,6	13,2%	29,7
Total do Activo	411,5	405,5		304,3
Capital próprio	115,7	103,7	11,6%	92,1
Total do passivo	295,8	301,8	-2,0%	212,2

(*) inclui efeitos de transações não usuais ou frequentes, como é o caso de resultados decorrentes de operações de concentração, indemnizações, reestruturação de operações, variações cambiais nos mercados africanos registadas pela demonstração dos resultados, registos de perdas e reversões de perdas de imparidade em activos não correntes e outros semelhantes e ganhos em alienação de propriedades de investimento.

O volume de negócios consolidado do Grupo ascendeu a 351,7M€, o que representa um aumento de 12,0% face ao montante comparável de 2020.

A margem bruta percentual baixou com significado de 55,6% para 52,3% em consequência dos acentuados aumentos dos preços das matérias-primas ocorridos ao longo do ano, os quais não foram possíveis de repercutir ao mercado em igual magnitude e ritmo. As repercussões na rentabilidade induzidas por estes aumentos foram transversais a todas as geografias onde o Grupo opera. No início do ano de 2022 esta tendência prossegue, amplificada pelos efeitos decorrentes do conflito na Ucrânia. A margem bruta em valor, de 183,9 M€ regista um aumento de 5,3% em relação a 2020.

O montante relativo a fornecimentos e serviços externos aumentou na ordem dos 8,0%, reflectindo os efeitos resultantes do contexto pós-Covid19, nomeadamente o aumento do investimento em marketing e publicidade, uma das rubricas mais afectadas pelas medidas de contenção impostas em 2020 para enfrentar a incerteza decorrente da pandemia, e ainda dos custos de transporte, fretes marítimos e energia, rubricas que evidenciaram crescimentos acelerados de preços ao longo de 2021. Os custos recorrentes com pessoal aumentaram ligeiramente em 2,3%, essencialmente reflectindo a progressão salarial anual e de *performance*, dado que o número de colaboradores no Grupo manteve-se essencialmente inalterado face ao ano anterior. Os outros custos e proveitos operacionais recorrentes líquidos evoluíram favoravelmente, destacando-se a redução relevante em Angola dos impostos associados aos pagamentos de serviços em divisas.

Neste enquadramento o EBITDA recorrente cifrou-se em 51,2M€, que compara com o valor de 47,8M€ (dados pró-forma não auditados de 2020), registando, assim, um aumento de 7,1%.

Os montantes de amortizações e depreciações mantiveram-se ao nível do ano anterior, e apesar do conservadorismo na cobertura dos riscos do negócio, os montantes de imparidades diminuíram com significado face ao ano anterior, maioritariamente associadas à componente de inventários, pelo que, face à evolução descrita, o EBIT recorrente situou-se nos 33,0M€ o que revela um aumento de 4,5M€ (+16,0%) face ao período comparativo do ano anterior.

Os custos financeiros líquidos cresceram com significado devido ao aumento do endividamento determinado pela aquisição, em Janeiro de 2021, da posição maioritária na Boero Bartolomeo. Todavia foi possível reduzir o custo do endividamento por cada financiamento e aumentou-se a maturidade da dívida.

Os resultados não recorrentes melhoraram 1,4M€ de forma agregada, mas a sua composição nos dois exercícios é, no entanto, heterogénea. Em 2020 o montante deve-se essencialmente a custos cambiais extraordinários decorrentes da desvalorização do kwanza e do metical, bem como a custos com rescisões contratuais enquadradas em processos de reestruturação do quadro de pessoal, maioritariamente em Espanha e Portugal. Em 2021 a componente cambial registou um benefício, em linha com a valorização das moedas acima referidas, mas aprofundou-se o processo de reestruturação de pessoal, principalmente em Portugal. Em 2021 registaram-se proveitos não recorrentes relevantes, um referente ao ganho do *badwill* resultante do processo de imputação de justo valor efectuado à aquisição de participação controlo na Boero (nota 5 do anexo), e outro enquadrado em mais-valias obtidas pela alienação de fracções de projectos imobiliários que estavam registados em propriedades de investimento. Adicionalmente, em custos não recorrentes, consideraram-se perdas procedentes da primeira inclusão no consolidado da subsidiária CIN Coatings Polska, bem como perdas por imparidades resultantes de estudos de justo valor, nomeadamente a uma propriedade detida para investimento na zona das Guardieiras, Maia, e a um montante associado a *goodwill* relativo à actividade do Grupo em Espanha.

O imposto sobre lucros manteve-se ao mesmo nível de 2020, embora registando um aumento do imposto corrente, determinado pela melhoria do resultado de 2021, e uma redução, de grandeza semelhante, no imposto diferido.

Em resultado da actividade descrita o resultado líquido do exercício, no montante de 22,5M€ espelha uma subida de 29,4% face ao comparável do ano anterior, e um aumento de 64% face ao estatutário de 2020.

Em termos de fluxos de tesouraria, a componente operacional foi positiva em 29,5M€, relevando no entanto, uma diminuição significativa face ao valor comparável de 2020, justificada essencialmente pelo aumento dos pagamentos realizados a fornecedores, em função do aumento do volume de compras, em parte com o propósito do reforço de inventários, e também pelo aumento dos fornecimentos e serviços externos.

Nas actividades de investimento despenderam-se em termos líquidos 42,7M€, sendo o principal desembolso relativo à aquisição da participação maioritária no grupo Boero Bartolomeo por 39,5M€, efectuada em Janeiro de 2021. Adicionalmente despenderam-se em termos líquidos 1,9M€ na ampliação da carteira de investimentos detidos para negociação em mercado regulado. Em activos fixos tangíveis e intangíveis investiram-se 7,9M€, essencialmente em Portugal, em projectos relativos à área de operações e melhoria de equipamentos comerciais, em França na continuidade dos projectos de requalificação da fábrica de Saint-Symphorien d'Ozon e laboratório de Pierre Bénite e em Itália, maioritariamente em projectos relativos ao

desenvolvimento de novos produtos, implementação de soluções e-commerce e na instalação de novos equipamentos em clientes. Relativamente às propriedades de investimento, alienaram-se por 8,8M€ a quase totalidade das fracções relativas aos projectos imobiliários que se encontravam em conclusão na cidade do Porto, tendo-se ainda investido no período o valor de 0,4M€.

Relativamente às actividades de financiamento, reforçaram-se os empréstimos em 26,0M€, como meio de suporte ao forte investimento efectuado no período, registaram-se pagamentos de passivos de locações de 5,9M€, de encargos financeiros líquidos de 4,0M€ e dividendos de 7,1M€.

Os principais efeitos do exercício de atribuição de justo valor aos activos e passivos da Boero resultaram numa valorização dos imóveis de 3,8M€ e numa valorização da marca Boero em 23,4M€. Procedeu-se ainda ao apuramento dos respectivos passivos por impostos diferidos no montante líquido de 6,0M€.

O total do activo atingiu os 411,5M€, valor que reflecte um aumento de 6,0M€ face ao comparável do ano anterior. No activo não corrente, o valor relativo às propriedades de investimento baixou com significado em resultado da alienação das fracções já referidas acima, bem como pela imparidade registada relativa ao imóvel das Guardieiras. Ainda na componente não corrente do activo e em termos comparativos, há a relevar a redução dos activos fixos tangíveis, cujas amortizações foram muito superiores aos investimentos em novos projectos, evidenciando a conclusão do período de expansão dos investimentos.

Os activos correntes aumentaram com significado em 2021, fundamentalmente pelo acréscimo relevante dos inventários, como medida mitigadora da escalada de preços de matérias-primas e situações pontuais de escassez, e do valor de crédito de clientes, neste caso em linha com a evolução do próprio volume de negócios.

O total do passivo de 295,8M€ espelha uma ligeira redução face aos montantes comparáveis de 2020. Na componente não corrente do passivo de referir o aumento das responsabilidades por pensões, resultantes da alteração dos pressupostos actuariais de base, impostos por alterações legislativas. O passivo corrente registou um aumento face ao montante comparável de 2020, devido essencialmente ao aumento significativo do montante a pagar a fornecedores. Adicionalmente, verificou-se uma redução geral nas provisões correntes, pela sua utilização na cobertura dos custos de reestruturação da actividade em Espanha e Itália, embora se tenha também procedido ao reforço de verbas em França, essencialmente destinadas a salvaguardar a despoluição e limpeza das instalações de Cholet.

Relativamente à dívida bruta, e comparando com os valores estatutários de 2020 houve um aumento determinado pela aquisição, em Janeiro de 2021, da posição maioritária na Boero Bartolomeo. Desde esse período até ao final do ano foi, no entanto, possível, sustentado no desempenho operacional, reduzir a dívida líquida em cerca de 17M€.

O montante dos capitais próprios atribuíveis aos accionistas totaliza 103,7M€ o que reflecte um aumento de 11,6M€ face ao ano de 2020. Os interesses sem controlo, que ascendem a 12,0M€, reflectem maioritariamente a percentagem não detida na Boero Bartolomeo.

MERCADOS FINANCEIRO E MONETÁRIO

Os mercados acionistas mundiais registaram, no geral, um ano muito positivo, sendo que o maior contributo veio do mercado americano, cujo principal índice de referência (S&P500) registou um ganho superior a 28%, enquanto o mercado europeu apresentou ganhos na ordem dos 21%.

Nos EUA, o mercado foi alvo de estímulos monetários acentuados que levaram os investidores a aumentar o risco e a procurar investimentos com retornos superiores. Por outro lado, o comportamento dos mercados emergentes, o que muitos investidores consideraram a maior oportunidade de 2021 no seu início, acabou por não se verificar e o índice neste mercado caiu cerca de 6%.

Após longos anos de apatia, a inflação voltou à ordem do dia atingindo níveis históricos na Europa e Estados Unidos, se bem que com distintos componentes nos respectivos cabazes, estando o aumento de preços nos EUA muito menos dependente da componente energia, e pressionado pela situação actual de pleno emprego, pelo que, com este enquadramento, apresenta uma inflação com um carácter mais estrutural.

Daí que a Reserva Federal tenha já anunciado subidas consistentes e periódicas das taxas de juros, a primeira já em março, enquanto o BCE mantém uma postura mais expectante, tendo optado pela retirada de estímulos monetários e anunciando possíveis subidas de taxas somente para o final do ano.

Neste contexto, de previsibilidade de aumentos de taxas de juro, o grupo reforçou as linhas de financiamento contratadas, privilegiando as de carácter estrutural pelo alargamento da maturidade, diversificou as fontes bancárias de financiamento e aumentou a relevância dos contratos de taxa fixa.

DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

O Grupo tem definido o princípio de distribuir entre 35% a 60% do resultado líquido, de forma a garantir recursos estáveis para cobrir as necessidades de financiamento do seu crescimento.

Apesar da situação excepcionalmente exigente e incerta que foi o espectro em que vivemos durante 2020 e 2021, o Grupo fez progressos significativos relativamente à sua *performance* dos últimos anos. Todavia o Grupo tem projectado um ambicioso plano de investimentos para o triénio 2022- 2024, pelo que, considerado um posicionamento diligente, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral que se distribua um dividendo de 7,5MEuros, ou seja, 30 cêntimos por acção.

ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

1. Composição do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é actualmente composto por sete membros, seis dos quais representantes do accionista e um administrador independente. Os administradores executivos têm uma responsabilidade directa nas operações de negócio, enquanto os não-executivo têm a responsabilidade de fazer uma avaliação independente e objectiva das decisões do Conselho.

2. Política de Remuneração dos Membros do Conselho

A remuneração do Conselho assenta em 3 pilares:

- Uma remuneração fixa mensal;
- Um incentivo anual, baseado num esquema de avaliação assente em objectivos definidos;
- Incentivos de longo prazo, estabelecidos de acordo com as melhores práticas do mercado,

que são estabelecidos pela Comissão de Remunerações, constituída pelos Presidentes da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

PERSPECTIVAS

No contexto de escalada de preços iniciado em 2021 e agravado significativamente pelo conflito na Ucrânia, acentuaram-se os já instáveis equilíbrios nos mercados de matérias-primas, com reincidentes anúncios de aumento de preços e avisos pontuais de rupturas que o grupo tem procurado mitigar, já desde o início do ano anterior, impondo também ao mercado sucessivas revisões em alta de preços, reforçando níveis de inventário e melhorando algumas redes de *supply chain*.

Apesar do cenário de extrema incerteza, mantemo-nos optimistas quanto ao crescimento da actividade, embora cautelosos para expectáveis aumentos de custos, essencialmente matérias- primas, energia e transportes e a consequente pressão na rentabilidade operacional. Neste contexto é primordial melhorar a produtividade, reforçar o controlo interno e reorganizar o grupo com o objectivo de simplificar operações e processos, sempre com a perspetiva de crescimento, de procura de novas oportunidades e de consolidação da posição que detemos.

Estes tempos de incerteza são também propícios a movimentos de consolidação, pelo que o grupo manter-se-á interventivo nas oportunidades de crescimento que ocorram, com especial enfoque no mercado espanhol, onde os recentes movimentos de aquisição criaram desequilíbrios que urge colmatar.

Manteremos a expansão da rede de lojas próprias, principalmente em Espanha, e aprofundaremos o

processo de reorganização comercial sempre com o intuito de concentrar recursos de forma a consolidar market share e melhor potenciar o crescimento do negócio. Na área de tintas em pó será prioritário impulsionar o reforço da presença em Espanha e França, e assegurar oportunidades de crescimento nos mercados externos. Adicionalmente, ainda na unidade indústria, deveremos precaver os meios necessários para garantir a presença em mercados onde as sinergias e valências do grupo permitam uma expansão mais eficiente.

Mantemos um ambicioso plano de investimentos estratégicos para o triénio 2022-2024, com o objectivo de agilizar e otimizar a estrutura produtiva do Grupo, aumentando a capacidade instalada e promovendo a automatização e digitalização dos processos produtivos, bem como o reforço dos índices de sustentabilidade, pela produção de produtos com características técnicas distintas, pela via da introdução de novas matérias-primas, renováveis e de origem biológica.

INFORMAÇÕES DIVERSAS

Dando cumprimento à legislação, nomeadamente, ao artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, informamos que:

- Não foram adquiridas ou alienadas acções próprias durante o exercício;
- Não existiram negócios entre a sociedade e os seus Administradores;
- Em 31 de Dezembro de 2021 não existiam sucursais.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgação nas contas do exercício.

Antecipamos que a recente guerra na Ucrânia vá contribuir para o aumento do preço transversal de produtos e serviços, agravando a subida dos custos das empresas com as matérias-primas, energia e serviços.

Para mitigar este impacto as empresas vão sentir a necessidade de reavaliarem a relevância de todas as linhas da sua estrutura de custos, de forma a corrigir a maior pressão a nível de volumes e rentabilidade.

Não obstante, o Grupo CIN considera que tem instrumentos disponíveis para operar neste contexto e desenvolver os seus negócios, e é nosso entendimento que o pressuposto da continuidade das operações assumido na preparação destas demonstrações financeiras não se encontra afectado e continua a ser apropriado.

AGRADECIMENTOS

Aos nossos Clientes, razão principal da nossa existência, uma palavra de apreço pela confiança que nos têm manifestado e pela colaboração prestada no desenvolvimento dos nossos produtos.

Aos nossos Colaboradores, agradecemos o empenho, a colaboração, a competência demonstrada e a forma entusiástica como têm respondido ao esforço de crescimento e transformação da empresa.

Às Instituições de Crédito e aos nossos Fornecedores, o nosso reconhecimento pela forma como nos têm apoiado.

Ao Conselho Fiscal, Revisor Oficial de Contas e aos nossos Auditores, os nossos agradecimentos pelo conselho sempre disponível e competente.

Maia, 14 de Abril de 2022

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Fialho Martins Serrenho, Presidente

Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa, Vogal

Maria João Fialho Martins Serrenho Santos Lima, Vogal

Ângelo Barbedo César Machado, Vogal

Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro, Vogal

João Luís Baldaque da Costa Serrenho, Vogal

Fernando Jorge de Almeida Ferreira, Vogal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



Demonstrações consolidadas da posição financeira em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	IAS/IFRS 31/12/21	IAS/IFRS 31/12/20
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Goodwill	7	24 663 890	27 468 498
Activos intangíveis	8	31 441 866	6 158 336
Activos fixos tangíveis	6	110 333 915	91 916 633
Propriedades de investimento	10	9 705 964	16 262 648
Investimentos em sociedades	3	10 305 706	17 781 211
Outros Investimentos	11, 12	1 525 707	619 329
Direitos de uso	9	10 415 293	7 214 909
Outros investimentos	4	-	771 525
Activos por impostos diferidos	13	3 461 764	3 122 662
Clientes	11, 16	725 000	-
Outros activos não correntes	11, 14	518 842	474 786
Total de activos não correntes		203 097 948	171 790 537
ACTIVOS CORRENTES:			
Inventários	15	74 264 869	41 084 604
Clientes	11, 16	71 981 962	29 664 131
Outras dívidas de terceiros	11, 17	5 019 265	2 960 922
Estado e outros entes públicos	27	3 924 505	3 190 995
Outros activos correntes	11, 18	2 014 072	1 464 228
Outros Investimentos	11, 12	9 842 950	10 524 939
Caixa e equivalentes a caixa	11, 19	41 385 237	43 652 839
Total de activos correntes		208 432 858	132 542 658
Total do activo		411 530 806	304 333 194
CAPITAL PRÓPRIO, PASSIVO E SEM CONTROLO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	20	25 000 000	25 000 000
Reserva legal	21	5 000 000	5 000 000
Reservas de reavaliação	21	2 758 445	2 758 445
Reservas de conversão cambial	21	(24 316 586)	(22 076 239)
Reservas de cobertura	21	-	(160 811)
Reservas de justo valor	21	251 077	283 732
Outras reservas		73 058 162	67 591 007
Resultado consolidado líquido do exercício		21 948 718	13 692 609
Capital Próprio atribuível aos accionistas		103 699 817	92 088 743
Interesses sem controlo	22	12 029 484	(2 646)
Total do capital próprio		115 729 300	92 086 097
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	11, 23	129 735 748	107 134 788
Passivos de locação	9, 11	6 131 340	3 861 844
Outras dívidas a terceiros	11, 26	-	23 174
Instrumentos financeiros derivados	11	-	221 743
Responsabilidades com pensões	24	5 012 076	1 722 896
Provisões	29	1 261 000	-
Passivos por impostos diferidos	13	10 118 759	3 892 300
Total de passivos não correntes		152 258 923	116 856 745
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	11, 23	48 132 606	33 666 088
Passivos de locação	9, 11	4 496 571	3 447 402
Fornecedores	11, 25	62 969 156	32 264 878
Outras dívidas a terceiros	11, 26	5 090 420	3 674 425
Estado e outros entes públicos	27	7 937 595	7 432 997
Outros passivos correntes	11, 28	11 663 232	11 050 212
Provisões	29	3 253 003	3 854 350
Total de passivos correntes		143 542 582	95 390 352
Total do passivo e capital próprio		411 530 806	304 333 194

O Anexo faz parte integrante da Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2021.

A TÉCNICA DE CONTAS Nº 63002

Paula Macedo

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Fialho Martins Serrenho, *Presidente*
 Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa, *Vogal*
 Maria João Serrenho Santos Lima, *Vogal*
 Ângelo Barbedo César Machado, *Vogal*
 Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro, *Vogal*
 João Luís Baldaque da Costa Serrenho, *Vogal*
 Fernando Jorge de Almeida Ferreira, *Vogal*

Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	IAS/IFRS 31/12/21	IAS/IFRS 31/12/20
Proveitos operacionais:			
Vendas	30	350 651 254	226 479 846
Prestações de serviços	30	1 003 000	2 703
Outros proveitos operacionais	31	12 335 698	2 004 247
Ganhos/ (perdas) em associadas	3	(212 466)	135 057
Total de proveitos operacionais		363 777 486	228 621 853
Custos operacionais:			
Custo das vendas	15	168 277 938	103 130 276
Variação da produção	15	(492 447)	5 367 811
Fornecimentos e serviços externos		60 277 544	31 595 469
Custos com o pessoal		73 742 352	50 445 101
Amortizações e depreciações	6, 8 e 9	17 817 501	13 147 370
Provisões e perdas por imparidade	29	6 298 678	368 033
Outros custos operacionais		4 964 251	3 549 388
Total de custos operacionais		330 885 817	207 603 448
Resultados operacionais		32 891 669	21 018 406
Custos financeiros	32	(4 352 311)	(3 311 402)
Proveitos financeiros	32	302 432	591 526
Resultados antes de impostos		28 841 790	18 298 531
Impostos sobre o rendimento	32	(6 292 849)	(4 607 726)
Resultado líquido consolidado do exercício		22 548 941	13 690 805
Atribuível:			
ao Grupo		21 948 718	13 692 609
a interesses sem controlo	21	600 223	(1 805)
		22 548 941	13 690 804
Resultados por acção:			
Básico	35	0,878	0,548
Diluído	35	0,878	0,548

O Anexo faz parte integrante da Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2021.

A TÉCNICA DE CONTAS Nº 63002

Paula Macedo

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Fialho Martins Serrenho, *Presidente*
 Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa, *Vogal*
 Maria João Serrenho Santos Lima, *Vogal*
 Ângelo Barbedo César Machado, *Vogal*
 Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro, *Vogal*
 João Luís Baldaque da Costa Serrenho, *Vogal*
 Fernando Jorge de Almeida Ferreira, *Vogal*

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Reservas de conversão cambial	Reservas			Outras reservas	Total de reservas	Interesses sem controlo	Resultado líquido	Total
					Reservas de cobertura	Reservas de justo valor						
Saldos em 1 de Janeiro de 2021	25 000 000	5 000 000	2 758 445	(22 076 239)	(160 811)	283 732		67 591 007	53 396 134	(2 646)	13 692 609	92 086 097
Aplicação do resultado consolidado de 2020:												
Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	-		7 692 609	7 692 609	-	(7 692 609)	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-		-	-	-	(6 000 000)	(6 000 000)
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(2 240 347)	160 811	(8 973)		(1 664 096)	(3 752 605)	600 223	21 948 718	18 796 335
Impacto da aquisição participação Grupo Boero Bartolomeo (Nota 5)	-	-	-	-	-	-		-	-	11 762 603	-	11 762 603
Outros	-	-	-	-	-	(23 681)		(561 357)	(585 038)	(330 696)	-	(915 735)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	25 000 000	5 000 000	2 758 445	(24 316 586)	-	251 078		73 058 162	56 751 099	12 029 484	21 948 718	115 729 300
Saldos em 1 de Janeiro de 2020	25 000 000	5 000 000	2 758 445	(17 889 250)	(243 707)	(226 097)		63 671 312	53 070 703	4 885	9 405 925	87 481 513
Aplicação do resultado consolidado de 2019:												
Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	-		5 905 925	5 905 925	-	(5 905 925)	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-		-	-	-	(3 500 000)	(3 500 000)
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(4 186 989)	82 896	227 525		(1 412 395)	(5 288 963)	(1 805)	13 692 609	8 401 841
Outros	-	-	-	-	-	282 304		(573 835)	(291 531)	(5 726)	-	(297 257)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	25 000 000	5 000 000	2 758 445	(22 076 239)	(160 811)	283 732		67 591 007	53 396 134	(2 646)	13 692 609	92 086 097

O Anexo faz parte integrante da Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2021.

A TÉCNICA DE CONTAS Nº 63002

Paula Macedo

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Fialho Martins Serrenho, *Presidente*
 Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa, *Vogal*
 Maria João Serrenho Santos Lima, *Vogal*
 Ângelo Barbedo César Machado, *Vogal*
 Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro, *Vogal*
 João Luís Baldaque da Costa Serrenho, *Vogal*
 Fernando Jorge de Almeida Ferreira, *Vogal*

Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Montantes expressos em Euros)

	IAS/IFRS 31/12/21	IAS/IFRS 31/12/20
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses sem controlo	22 548 941	13 690 804
Outro rendimento integral:		
Itens que futuramente serão reclassificados para o resultado líquido:		
Ganhos e perdas atuariais líquidas	(1 664 096)	(311 373)
Diferenças de câmbio em investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	(1 101 022)
Variação do justo valor dos investimentos financeiros de cobertura	160 811	82 896
Variação nas reservas de conversão cambial	(2 240 347)	(4 186 989)
Variação nas reservas de justo valor	(8 973)	227 525
Total outro rendimento integral do exercício	(3 752 605)	(5 288 963)
Rendimento integral consolidado do exercício	18 796 335	8 401 841
Atribuível:		
ao Grupo	18 196 112	8 403 646
a interesses sem controlo	600 223	(1 805)
	18 796 335	8 401 841

O Anexo faz parte integrante da Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2021.

A TÉCNICA DE CONTAS Nº 63002

Paula Macedo

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Fialho Martins Serrenho, *Presidente*
 Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa, *Vogal*
 Maria João Serrenho Santos Lima, *Vogal*
 Ângelo Barbedo César Machado, *Vogal*
 Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro, *Vogal*
 João Luís Baldaque da Costa Serrenho, *Vogal*
 Fernando Jorge de Almeida Ferreira, *Vogal*

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	IAS/IFRS 31/12/21	IAS/IFRS 31/12/20
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		401 671 503	269 355 664
Pagamentos a fornecedores		(257 721 980)	(152 703 795)
Pagamentos ao pessoal		(40 326 628)	(28 918 200)
Fluxos gerados pelas operações		103 622 895	87 733 670
Pagamentos do imposto sobre o rendimento		(7 081 112)	(4 350 074)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(67 042 496)	(46 739 350)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(74 123 608)	(51 089 424)
Recebimentos relativos a operações em descontinuação		-	-
Fluxos das actividades operacionais (1)		29 499 287	36 644 245
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos detidos para negociação		4 925 919	9 790 573
Propriedades de investimento	10	8 778 000	-
Activos fixos tangíveis		72 395	1 634
Dividendos		126 881	-
		13 903 195	9 792 207
Pagamentos respeitantes a:			
Outros investimentos	5	(41 425 846)	(14 943 215)
Investimentos detidos para negociação		(6 864 166)	(7 360 482)
Propriedades de investimento		(389 517)	(1 678 415)
Activos fixos tangíveis		(6 349 251)	(4 948 009)
Activos intangíveis		(1 556 557)	(363 126)
		(56 585 337)	(29 293 247)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(42 682 142)	(19 501 040)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	23	115 151 725	109 868 179
Juros e proveitos similares		356 085	526 247
		115 507 810	110 394 427
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	23	(89 197 746)	(89 031 277)
Locações		(5 871 534)	(4 484 150)
Dividendos		(7 066 301)	(3 500 000)
Juros e custos similares		(4 431 099)	(3 037 761)
		(106 566 680)	(100 053 189)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		8 941 130	10 341 238
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		43 652 839	17 427 162
Variação do perímetro	5	1 222 185	-
Variação cambial em caixa e seus equivalentes no início do exercício		751 937	(1 258 766)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	19	41 385 237	43 652 839

O Anexo faz parte integrante da Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2021.

A TÉCNICA DE CONTAS N° 63002
Paula Macedo

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Fialho Martins Serrenho, *Presidente*
 Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa, *Vogal*
 Maria João Serrenho Santos Lima, *Vogal*
 Ângelo Barbedo César Machado, *Vogal*
 Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro, *Vogal*
 João Luís Baldaque da Costa Serrenho, *Vogal*
 Fernando Jorge de Almeida Ferreira, *Vogal*

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021

(Montantes expressos em Euros)

Nota introdutória

A CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A. ("CIN" ou "Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 1926, que tem a sua sede social na Maia e encabeça um Grupo ("Grupo CIN" ou "Grupo"), cujas empresas têm como atividade principal a produção e comercialização de tintas, vernizes e produtos afins.

O Grupo desenvolve a sua atividade em Portugal, detendo subsidiárias a operar essencialmente em Espanha, França, Itália, Holanda, Luxemburgo, Polónia, Turquia, Angola, Moçambique, África do Sul e México.

Em 31 de Dezembro de 2021, a Pleso Holding B.V. (empresa sediada na Holanda) detém a 97,5% do capital social da CIN.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento às unidades) dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita no ponto 1.2.d).

No início do exercício de 2021, a CIN concluiu o processo de aquisição de uma participação maioritária no Grupo Boero Bartolomeo S.p.A. ("Grupo Boero") tendo a mesma passado a ser incluída na consolidação pelo método de consolidação integral (Nota 5). O Grupo detinha uma participação minoritária sobre a mesma adquirida em exercícios anteriores.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 17 de Fevereiro de 2022. As mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo e suas subsidiárias, bem como a sua posição financeira consolidada e desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados.

1. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são como segue:

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 3), mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2021. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações, emitidas, respectivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e pelo Standing Interpretation Committee ("SIC"), que tenham sido adoptadas pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa, suas subsidiárias e associadas operarem em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras (Nota 41), disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efectuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe dos recursos

adequados para manter as actividades, não havendo intenção de cessar as actividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo evidencia um ativo corrente superior ao passivo corrente em, aproximadamente, 64,9 milhões de euros. O Conselho de Administração entende, tendo por base a análise a informação existente à data das presentes demonstrações financeiras, de que dispõe dos recursos necessários e suficientes para fazer face aos seus passivos de curto prazo, nomeadamente linhas de financiamento disponíveis, não usadas, que poderá usar para fazer face a qualquer desequilíbrio temporário eventualmente existente. Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo CIN tem linhas de financiamento disponíveis e não utilizadas no montante de, aproximadamente, 74.967.021 milhões de euros (Nota 23).

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos rendimentos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas no ponto 1.3.t).

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

- Nível 1 - Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;
- Nível 2 - O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e;
- Nível 3 - O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

Durante o exercício foram realizadas mensurações a justo valor no âmbito do processo de valorização a justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes associados ao processo de concentração de atividades empresariais decorrente da compra do Grupo Boero.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2021:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas às normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Fase 2 da reforma das taxas de juro benchmark (IBOR Reform)	1-jan-21	Corresponde a emendas adicionais às normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16, relacionadas com a segunda fase do projecto de reforma das taxas de juro de benchmark (conhecido como "IBOR reform"), referente às alterações das taxas de juro de referência e os impactos ao nível de modificações de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de locação, contabilidade de cobertura e divulgações.
Emenda à norma IFRS 16 – Locações – "Covid 19 Related Rent Concessions beyond 30 June 2021"	1-jan-21	Esta emenda estende para 30 de junho de 2022 a aplicação do expediente prático opcional pelo qual os locatários ficam dispensados de analisar se as concessões de renda até essa data, tipicamente suspensões ou reduções de renda, relacionadas com a pandemia "COVID-19" correspondem a modificações contratuais.
Emenda à norma IFRS 4 Contratos de Seguros – diferimento de IFRS 9	1-Jan-21	Corresponde a emenda à norma IFRS 4 que prolonga o diferimento de aplicação da IFRS 9 para exercícios iniciais em ou após 1 de janeiro de 2023.

Alterações às referências à Estrutura Conceptual das normas IFRS (aplicável para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2021) - esta alteração contém mudanças em várias normas, cujas referências à Estrutura Conceptual foram atualizadas.

A aplicação destas alterações às normas de contabilidade a partir de 1 de Janeiro de 2021 não teve efeitos relevantes nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas às normas IFRS 3, IAS 16, IAS 37 e Melhoramentos anuais 2018-2020	1-Jan-22	Estas emendas correspondem a um conjunto de atualizações às diversas normas mencionadas, nomeadamente - IFRS 3 - atualização da referência à estrutura concetual de 2018; requisitos adicionais para análise de obrigações de acordo com norma IAS 37 ou IFRIC 21 na data de aquisição; e clarificação explícita que ativos contingentes não são reconhecidos numa combinação de negócio. - IAS 16 – proibição de dedução ao custo de um ativo tangível de proveitos relacionados com a venda de produtos antes do ativo estar disponível para uso. - IAS 37 – clarificação que custos de cumprimento de um contrato correspondem a custos diretamente relacionados com o contrato - Melhoramentos anuais 2018-2020 correspondem essencialmente a emendas em 4 normas, IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-Jan-23	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à norma IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros – Definição de estimativas contabilísticas	1-Jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em fevereiro de 2021 altera a definição de estimativa contabilística para montante monetário nas demonstrações financeiras sujeito a incerteza de mensuração.
Emenda à norma IAS 12 Impostos sobre o rendimento – Impostos diferidos	1-Jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em maio de 2021 clarifica que a isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos não se aplica em transações que produzam montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.

Estas emendas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adoptadas pela Empresa em 2021, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adopção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adoptadas

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à norma IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes	1-Jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB clarifica a classificação dos passivos como correntes e não correntes analisando as condições contratuais existentes à data de reporte.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contabilísticas	1-Jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em fevereiro de 2021 clarifica que devem ser divulgadas as políticas contabilísticas materiais, em vez das políticas contabilísticas significativas, tendo introduzido exemplos para identificação de política contabilística material.
Emenda à norma IFRS 17 – Contratos de seguro – aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa	1-Jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2021 introduz alterações sobre informação comparativa a apresentar quando uma entidade adota as duas normas IFRS 17 e IFRS 9 em simultâneo.

Estas normas não foram ainda adoptadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, a Empresa encontra-se a analisar os impactos da futura adopção das mesmas.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pela Empresa em 31 de Dezembro de 2021 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2020.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os IFRS, o Conselho de Administração da Empresa adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. O Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Empresas controladas

As Empresas em que o Grupo detém controlo, isto é, em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre, resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afectar o montante dos seus resultados, foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral.

A existência de controlo por parte do Grupo é reavaliada sempre que haja uma alteração de factos e circunstâncias que levem à alteração dos elementos caracterizadores de controlo acima mencionados.

As empresas subsidiárias são incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas no exercício são incluídos na consolidação pelo método de consolidação integral, desde a

data em que o controlo é adquirido e até à data em que o mesmo efetivamente termina.

Os saldos, transações, dividendos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são também eliminadas exceto se a transação evidenciar uma perda por imparidade no bem transferido. Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias de forma a garantir consistência com as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo.

Uma alteração no interesse participativo numa subsidiária que não envolva perda de controlo é contabilizada como sendo uma transação entre acionistas. Se o Grupo perde o controlo sobre a subsidiária, os ativos correspondentes (incluindo goodwill), passivos, interesses que não controlam e outros componentes de capital próprio são desreconhecidos e eventuais ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados. O investimento mantido é reconhecido ao justo valor no momento da perda de controlo.

O resultado líquido e os demais elementos do outro rendimento integral e do capital próprio das entidades controladas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas (interesses que não controlam) são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral em rubricas específicas de interesses que não controlam. O rendimento integral das entidades controladas é atribuído aos proprietários do Grupo e aos interesses que não controlam, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário destes últimos.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, na rubrica "Interesses sem controlo". As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 3.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, respectivamente.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas e Empreendimentos conjuntos

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

A classificação das participações financeiras em Empreendimentos conjuntos é determinada com base na existência de acordos contratuais que demonstrem e regulem o controlo conjunto, o qual é assim entendido quando as decisões sobre as atividades relevantes do empreendimento requerem acordo unânime entre as partes. O Grupo não possui qualquer interesse em operações controladas conjuntamente, tal como definidas na IFRS 11.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros em empresas associadas são inicialmente contabilizados pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor da rubrica "Investimentos em empresas associadas" (Nota 1.2.c)) e a sua recuperação é avaliada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Se

essas diferenças forem negativas são registadas como um proveito do exercício na rubrica “Resultados relativos a empresas associadas”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das associadas e empreendimentos conjuntos de forma a garantir consistência com as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo.

Anualmente, é efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar a existência de indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para outros riscos e encargos para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

c) Concentração de atividades empresarias e goodwill

As concentrações de atividades empresariais são registadas de acordo com o método da compra.

De acordo com o método da compra, a diferença entre: (i) o custo da concentração e (ii) a quantia líquida dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, é reconhecida, à data da aquisição como goodwill, se positiva ou como ganho, na rubrica de “outros proveitos operacionais”, se for negativa.

O custo da concentração é apurado ao justo valor, consistindo na soma, na data da aquisição do controlo, do: (i) justo valor dos ativos transferidos pelo Grupo; (ii) justo valor das responsabilidades assumidas pelo Grupo em resultado da aquisição do controlo; e (iii) justo valor dos instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da aquisição de controlo. Os gastos relacionados com concentrações de atividades empresariais são registados em resultados quando incorridos.

Ao custo da concentração são retirados quaisquer encargos que respeitem a outras transacções (ex.: remuneração para prestação de serviços futuros ou para liquidação de relações pré-existent) cuja margem é reconhecida separadamente em resultados.

O montante de pagamentos contingentes futuros, caso existam, são reconhecidos como passivos ou capital próprio, ao justo valor, no momento da aquisição. Alterações subsequentes neste valor são reconhecidas: (i) como capital próprio se a retribuição contingente estiver classificada como capital próprio, (ii) como gastos ou rendimentos nos resultados ou como outro rendimento integral se a retribuição contingente estiver classificada como ativo ou passivo financeiro no âmbito da IFRS 9 e (iii) como gastos nos termos da IAS 37 ou outras normas aplicáveis, nos restantes casos.

Na data de aquisição são reavaliadas a classificação e designação de todos os ativos adquiridos e passivos transferidos, de acordo com as IFRS, com exceção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato.

Os ativos que resultem de indemnizações contratuais por parte do vendedor relativas ao desfecho de contingências relacionadas, no todo ou em parte, com um passivo específico da entidade concentrada, passam a ter que ser reconhecidos e mensurados usando os mesmos princípios e pressupostos dos passivos relacionados.

A determinação do justo valor dos ativos adquiridos e passivos adquiridos tem em conta o justo valor dos passivos contingentes que resultem duma obrigação presente originada por um evento passado (se o justo valor puder ser medido de modo fiável), independentemente de ser expectável uma provável saída de fluxos.

Para cada aquisição, o Grupo pode optar por mensurar os “interesses que não controlam” ao respetivo justo valor ou pela respetiva quota-parte nos ativos e passivos transferidos da adquirida. A opção por um ou outro método influencia a determinação da quantia de goodwill a reconhecer. Quando a concentração de atividades empresariais é efetuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afetando a determinação do Goodwill.

Sempre que uma concentração não for concluída até à data de relato, serão ajustadas retrospectivamente, durante o período limite de 12 meses a contar da data de aquisição, as quantias provisórias reconhecidas à data de aquisição e/ou reconhecidos ativos e passivos adicionais se novas informações forem obtidas sobre factos e circunstâncias que existissem à data da aquisição e que se tivessem sido conhecidos teriam resultado no reconhecimento desses ativos e passivos nessa data.

Alterações na percentagem de controlo sobre empresas subsidiárias quer nos aumentos quer nas reduções, desde que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transações de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses que não controlam são ajustados para refletir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses que não controlam são ajustados e o justo valor do preço da transação é reconhecido diretamente em capital próprio e atribuído aos acionistas da Empresa-mãe.

Quando o Grupo perde controlo sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do justo valor do preço e o justo valor dos interesses retidos e (ii) o valor contabilístico dos ativos (incluindo goodwill) e dos passivos da subsidiária e dos interesses que não controlam, sendo o ganho reconhecido em resultados do exercício. Montantes reconhecidos previamente como “Outro rendimento integral” são transferidos para resultados do exercício ou transferidos para resultados transitados da mesma forma que seriam caso os ativos ou passivos relacionados fossem alienados. O justo valor dos interesses retidos corresponde ao justo valor no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ou, quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou em um empreendimento conjunto.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data do balanço, e os custos e os proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para as IFRS) é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo sedeadas no estrangeiro, e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas empresas, sendo convertidas para a moeda do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica de capital próprio “Reservas de conversão cambial”.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

No último trimestre de 2017, a economia Angolana foi considerada uma economia hiperinflacionária de acordo com a IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias.

No exercício de 2019, Angola, deixou de reunir as condições estabelecidas na IAS 29 para ser considerada uma economia hiperinflacionária, pelo que o Grupo, a partir de 1 de Janeiro de 2019, suspendeu a aplicação daquela norma às demonstrações financeiras da sua participada sediada em Angola.

No entanto, os impactos gerados em exercícios anteriores resultantes da adopção daquela norma, nomeadamente os associados à remensuração dos activos e passivos não monetários, manter-se-ão até que os activos sejam alienados, consumidos ou amortizados e até que os passivos sejam alienados ou liquidados.

As cotações utilizadas para conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

	31 de Dezembro de 2021		31 de Dezembro de 2020	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Dólar americano (USD)	1,173	1,206	1,226	1,141
Kwanza (AOA)	629,020	739,290	805,117	662,574
Metical (MZN)	72,320	78,317	91,862	79,314
Rand Sul Africano (ZAR)	18,070	17,486	17,981	18,782
Peso Mexicano (MXM)	23,210	23,993	24,393	24,496
Lira Turca (TRY)	14,830	10,019	9,095	8,036
Zloty Polónia (PLN)	4,691	4,572	4,57	4,44

1.3. Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo CIN na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IAS/IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respectivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

As perdas por imparidade detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração dos resultados.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos	
Edifícios e outras construções	20	50
Equipamento básico	7	17
Equipamento de transporte	3	5
Equipamento administrativo	3	14
Outros activos fixos e ferramentas	4	14

As despesas correntes com reparação e manutenção do activo fixo tangível são consideradas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos são transferidos para activos fixos tangíveis e amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

b) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o mesmo tem o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os activos intangíveis que compreendem essencialmente custos incorridos com o desenvolvimento de projectos, despesas com propriedade industrial e outros direitos e software, são amortizados pelo método das quotas constantes durante um período de três a cinco anos.

Os trespasses não são objecto de amortização, sendo os mesmos sujeitos a testes anuais de imparidade.

No caso de marcas em que a vida útil é indefinida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

As amortizações do exercício das imobilizações incorpóreas são registadas na demonstração dos resultados na rubrica "Amortizações e depreciações".

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento adquiridos encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando as mesmas forem alienadas ou quando forem retiradas de uso, não sendo expectável que benefícios económicos futuros resultem da sua retirada. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de propriedades de investimento são reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados nesse ano.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos nos resultados consolidados do período a que respeitam. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

d) Imparidade de activos, excepto goodwill

É efectuada uma avaliação de imparidade dos activos do Grupo à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperável. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para activos detidos para alienação) é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade". O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Outros proveitos operacionais". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

e) Instrumentos financeiros

- Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira do Grupo quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os activos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos activos e passivos financeiros (que não sejam activos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através da demonstração dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do activo ou passivo financeiro, conforme o caso, no reconhecimento inicial.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição de activos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através da demonstração dos resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração consolidada dos resultados.

- Activos financeiros

Todas as compras e vendas de activos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

Todos os activos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo de negócio adoptado pelo Grupo e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

As alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efectuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Classificação de activos financeiros

a) Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida de rendimento fixo e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado:

- (i) o activo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objectivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

O método da taxa de juro efectiva é um método de calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e de alocar o respectivo juro durante o período da sua vigência.

Para os activos financeiros que não sejam adquiridos ou originados com imparidade (ou seja, activos com imparidade no reconhecimento inicial), a taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo fees e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efectiva, custos

de transacção e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento na sua quantia escriturada bruta na data do seu reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um activo financeiro é o montante pelo qual o mesmo é mensurado no reconhecimento inicial deduzido dos reembolsos de capital, mais a amortização acumulada, utilizando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante do seu reembolso, ajustado por eventuais perdas por imparidade.

A receita associada aos juros é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Rendimentos e ganhos financeiros", através do método da taxa de juro efectiva, para os activos financeiros registados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juro efectiva à quantia escriturada bruta do activo financeiro.

Os instrumentos de dívida e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente a justo valor através de outro rendimento integral:

- (i) o activo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objectivo prevê quer o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, quer a sua alienação; e
- (ii) os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

b) Instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral

No reconhecimento inicial, o Grupo pode efectuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de capital próprio (acções) a justo valor através do outro rendimento integral.

A designação a justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de actividades empresariais.

Um instrumento de capital é mantido para negociação se:

- (i) ele for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo;
- (ii) no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- (iii) se for um instrumento financeiro derivado (excepto se se encontrar afecto a uma operação de cobertura).

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transacção. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral.

Os dividendos associados a investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados no momento em que são atribuídos / deliberados.

c) Activos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados

Os activos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os activos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respectivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, excepto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

Imparidade de activos financeiros

O Grupo reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para contas a receber de clientes, de outros devedores, e para activos associados a contratos com clientes.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os activos financeiros acima referidos é actualizada a cada data de relato de forma a reflectir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respectivos activos financeiros.

As perdas de imparidade esperadas para crédito concedido (contas a receber de clientes e outros devedores e de activos associados a contratos com clientes) são estimadas utilizando uma matriz de incobabilidade baseada no histórico creditício dos devedores do Grupo, ajustada por factores específicos atribuíveis aos devedores, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro. Para o efeito, os saldos de clientes e outros devedores foram agrupados tendo em conta perfis de risco de crédito semelhantes e intervalos de vencimento.

Desreconhecimento de activos financeiros

O Grupo desreconhece um activo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram, ou quando transfere o activo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua propriedade. Se o Grupo nem transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade de um activo financeiro, mas continuar a controlar o mesmo, o Grupo reconhece o seu interesse no activo retido e um passivo equivalente ao montante que terá de devolver. Se o Grupo reter substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade de um activo financeiro transferido, o Grupo continua a reconhecer o mesmo e reconhece adicionalmente um empréstimo pelo montante entretanto recebido.

No desreconhecimento de um activo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre a sua quantia escriturada e a soma da retribuição recebida e a receber é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Por outro lado, no desreconhecimento de um activo financeiro representado por um instrumento de capital registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados.

No entanto, no desreconhecimento de um activo financeiro representado por um instrumento de capital designado no reconhecimento inicial irrevogavelmente como registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados.

• Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Classificação como passivo financeiro ou como instrumento de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados como passivo ou como capital próprio de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo, após dedução dos passivos.

Capital próprio

São considerados pelo Grupo instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transacção evidencie que o Grupo detém um interesse residual num conjunto de activos após dedução de um conjunto de passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são reconhecidos pelo montante recebido, líquido dos custos directamente atribuíveis à sua emissão.

A recompra de instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo (acções próprias) é contabilizada pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação de acções próprias são registados na rubrica "Outras reservas e resultados transitados".

Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros são registados ao justo valor através da demonstração dos resultados quando:

- (i) o passivo financeiro resultar de uma contraprestação contingente decorrente de uma concentração de actividades empresariais;
- (ii) quando o passivo for detido para negociação; ou
- (iii) quando o passivo for designado para ser registado a justo valor através da demonstração dos resultados.

Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se:

- (i) for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo; ou
- (ii) no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o GRUPO administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- (iii) se for um instrumento financeiro derivado (excepto se se encontrar afecto a uma operação de cobertura).

Os passivos financeiros registados ao justo valor através da demonstração consolidada dos resultados são mensurados pelo seu justo valor com os respectivos ganhos ou perdas decorrentes da sua variação reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura.

Os passivos financeiros que não são designados para registo ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juro efectiva.

O método da taxa de juro efectiva é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar o respectivo juro durante o período da sua vigência.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo fees e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do passivo financeiro na sua quantia escriturada na data do seu reconhecimento inicial.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo desreconhece passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Grupo são liquidadas, canceladas ou expiraram.

A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a contraprestação paga ou a pagar é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Quando o Grupo troca com um determinado credor um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

De igual forma, o Grupo contabiliza as modificações substanciais nos termos de uma responsabilidade existente, ou em parte dela, como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Instrumentos financeiros derivados

O Grupo tem vindo a contratar um conjunto de instrumentos financeiros derivados com o objectivo de gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objectivo de especulação. A utilização de instrumentos financeiros derivados encontra-se devidamente regulada pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, , sendo posteriormente remensurados ao seu justo valor em cada data de relato. O ganho ou perda resultante é reconhecido imediatamente na demonstração dos resultados a não ser que o instrumento financeiro derivado seja designado como instrumento de cobertura, caso em que o reconhecimento na demonstração dos resultados depende da natureza da relação de cobertura.

Conforme acima referido, os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo respeitam a instrumentos de cobertura de taxa de juro associados a empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, as datas de vencimento de juros e os planos de reembolso são geralmente semelhantes às condições estabelecidas para os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio, pelo que, normalmente, a cobertura é altamente eficaz.

Os critérios utilizados pelo Grupo no reconhecimento inicial para classificar instrumentos financeiros derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são como se segue:

- a) O relacionamento de cobertura é constituído apenas por instrumentos de cobertura elegíveis e itens cobertos elegíveis;
- b) No início da relação de cobertura, existe designação e documentação formais relativamente ao relacionamento de cobertura e ao objectivo e estratégia da gestão de risco da entidade para efectuar a cobertura; e
- c) O relacionamento de cobertura satisfaz todos os seguintes requisitos de eficácia da cobertura:
 - i) Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
 - ii) O efeito do risco do crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica; e
 - iii) O rácio de cobertura do relacionamento de cobertura é o mesmo que resulta da quantidade do item coberto que uma entidade cobre efectivamente e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efectivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de *cash-flow* são registadas em "Resultados transitados e outras reservas" na sua componente eficaz e, em resultados financeiros na sua componente não eficaz. Os valores registados em "Resultados transitados e outras reservas" são transferidos para resultados financeiros no exercício em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, é vendido ou exercido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na IFRS 9.

A 31 de dezembro de 2021, o Grupo não detinha instrumentos derivados contratados.

Confirming

O Grupo mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos seus fornecedores acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação da validade dos

créditos que os fornecedores detêm sobre esta.

No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira da sua validade.

Em 31 de Dezembro de 2021 o Grupo não tinha qualquer montante de Confirming classificado como dívida financeira por considerar que os prazos de vencimento são de reduzida duração.

f) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

g) Locações

No início de cada contrato o Grupo avalia se o contrato é ou contém uma locação. Isto é, se o contrato concede um direito de controlar o uso de um activo identificável por um período de tempo em troca de uma remuneração. Os contratos de locação são reconhecidos como um direito de uso e um passivo correspondente na data em que o activo locado fica disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento da locação é alocado entre passivo e custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido em resultados durante o período da locação para reflectir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de locação para cada período. O direito de uso é depreciado linearmente pelo menor entre o tempo de vida útil do activo e o prazo da locação.

Os activos e passivos decorrentes de uma locação são mensurados inicialmente pelo seu valor presente. Sempre que exista informação que o permita, o Grupo elegeu proceder à segregação da componente de locação das componentes de serviços incluídas nos pagamentos da locação para todos os contratos de locação.

A mensuração inicial das responsabilidades com locações engloba essencialmente, o valor presente dos pagamentos a efectuar durante o período da locação, que inclui pagamentos de valor fixo deduzidos de eventuais incentivos recebidos e pagamentos de valor variável dependentes de um índice ou taxa.

Na determinação do valor presente das responsabilidades com locações o Grupo utiliza a taxa de juro incremental determinada na data de início da locação, sempre que a taxa de juro implícita no contrato não seja determinável naquela data. Subsequentemente, as responsabilidades com locações são aumentadas para reflectir o incremento de juros e reduzidas pelos pagamentos efectuados. Adicionalmente, o valor contabilístico das responsabilidades com locações é reavaliado se existir uma modificação, uma alteração ao período da locação ou uma alteração no plano de amortizações (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração de um índice ou percentagem utilizada para determinar o valor dos pagamentos). A taxa média ponderada aplicada foi de 2,4% (oscilando entre 1,59% e 15%), determinada tendo em consideração as características do contrato (activo subjacente, garantias do contrato, moeda e prazo).

O direito de uso é mensurado ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e imparidades, ajustado quando existem alterações no passivo da locação. O custo do direito de uso engloba o valor da responsabilidade registada inicialmente com a locação, custos directos incorridos com a celebração do contrato de locação e pagamentos efectuados ao locador anteriores à data de início, deduzidos de eventuais incentivos recebidos.

O Grupo aplica a excepção de reconhecimento de locações de curto prazo (termo inferior a 12 meses) e a excepção de reconhecimento de contratos de locação cujo activo subjacente é de reduzido valor. Os pagamentos efectuados referente a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação cujo activo subjacente é de reduzido valor são reconhecidos como gasto de forma linear pelo período da locação.

As locações do Grupo referem-se principalmente a contratos de arrendamento de espaços comerciais e armazéns, com

períodos iniciais entre 1 e 10 anos, que podem ter períodos de extensão. Os contratos de locação não impõem covenants.

O Grupo adoptou pela primeira vez em 1 de Janeiro de 2019 a IFRS 16 – Locações, utilizando o modelo retrospectivo modificado, considerando, naquela data, o montante dos passivos de locação igual ao dos direitos de uso dos activos. Desta forma, o efeito cumulativo inicial da adopção daquela norma nos resultados transitados em 1 de Janeiro de 2019 foi nulo.

h) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios encontram-se valorizados ao custo de produção (inclui o custo de matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa e os gastos gerais de fabrico), o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

As perdas por imparidade acumuladas para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição ou produção e o valor realizável líquido das existências.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 29). As provisões para custos de reestruturação/reorganização são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

j) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidas a fundo perdido, para financiamento de activos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes”, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações dos activos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com custos incorridos são registados como proveito na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a Empresa já tenha incorrido nos custos subsidiados e que cumpra com as condições exigidas para sua concessão.

k) Complementos de reforma

Algumas empresas do Grupo possuem esquemas de pensões atribuídos a antigos funcionários, na forma de planos de benefícios definidos, sendo que estes planos de pensões definem o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido na demonstração da posição financeira consolidada relativamente aos planos de benefícios definidos é o valor presente da obrigação dos benefícios definidos à data das demonstrações financeiras consolidadas. As obrigações dos planos de benefícios definidos são calculadas anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projetada (“Projected Unit Credit Method”). O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto das saídas de caixa futuras, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de ajustamentos e alterações nas premissas atuariais são reconhecidos direta-

mente no capital próprio e apresentados em outro rendimento integral.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos em resultados, exceto se as alterações no plano de pensões são condicionadas pela permanência dos empregados em serviço por um determinado período de tempo (o período que qualifica para o benefício). Neste caso, os custos de serviços passados são amortizados numa base de linha reta ao longo do período em causa.

l) Especialização de exercícios e Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas.

Na determinação do valor do rédito, o Grupo CIN avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o Grupo efetua a sua melhor estimativa.

Os rendimentos decorrentes de vendas de produtos são registados na demonstração consolidada dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica.

Os contratos com clientes realizados pelo Grupo não contêm componentes significativas de financiamento

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes".

m) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

n) Consolidação fiscal

Os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), o qual inclui a maior parte das empresas do Grupo CIN com sede em Portugal, e reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CIN em 31 de Dezembro de cada ano. As empresas do Grupo CIN sedeadas em Espanha: Amida Inversiones, S.L., CIN Valentine, S.A.U., Pinturas Cin Canárias, S.A.U., Cin Pinturas y Barnices, Cin Inmuebles, S.L., a CIN Soritec S.A. e a CIN Govesan. S.A. são igualmente tributadas pelo respectivo lucro consolidado fiscal, em conformidade com a legislação espanhola. As empresas do Grupo CIN sedeadas em França, CIN Celliose e PFI, são também tributadas pelo respectivo lucro consolidado fiscal, em conformidade com a legislação francesa. As empresas do Grupo CIN sedeadas em Itália, Boero Bartolomeo e Immobiliare Genova, são também tributadas pelo respectivo lucro consolidado fiscal, em conformidade com a legislação italiana. Adicionalmente, as restantes empresas do Grupo CIN são tributadas em base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

o) Classificação na demonstração da posição financeira

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os activos e os passivos por impostos diferidos.

p) Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual, apurado nas contas individuais da Empresa, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

q) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da subsidiária, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção. Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas de cada exercício. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data de cobrança, pagamento ou à data de encerramento das demonstrações financeiras, dessas mesmas transacções, são registadas como rendimentos e gastos operacionais, no caso de transacções de natureza operacional, ou como rendimentos e gastos financeiros, no caso de transacções de natureza financeira, na Demonstração Consolidada de Resultados. As diferenças de câmbio relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio, são registadas igualmente em capital próprio.

r) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, excepto se afecto à construção/desenvolvimento de activos elegíveis. A capitalização destes encargos inicia-se após o início da preparação das actividades de construção, e cessa quando o activo se encontra pronto para utilização ou caso o projecto seja suspenso.

s) Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como (i) obrigações que surjam de acontecimentos passados e cuja

existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos divulgados no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, mas divulgados no Anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

t) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 incluem:

- a) Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis;
- b) Testes de imparidade realizados ao goodwill e aos activos intangíveis de vida útil indefinida;
- c) Registo de imparidades aos valores do activo (contas a receber e existências) e provisões;
- d) Realização de activos por impostos diferidos; e
- e) A puramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

u) Política de gestão de risco

No desenvolvimento da sua actividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é controlada pelo departamento financeiro da CIN, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de liquidez.

i) Risco de taxa de câmbio

Na sua actividade operacional, o Grupo realiza transacções expressas em outras moedas que não o Euro, estando

assim exposto ao risco de taxa de câmbio. Por política do Grupo, é eleita uma moeda funcional por cada participada, correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus cash-flows. Assim, este risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transacções comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio. A política de gestão de risco de taxa de câmbio de transacção do Grupo procura minimizar ou eliminar esse risco, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

O montante de activos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro pode ser resumido como segue:

31 de Dezembro de 2021							
	Tintas Cin Angola	Tintas Cin Moçambique	Cin Coatings Mexico	Cin Coatings South Africa	BOERO Coatings Turkey	Cin Coatings Polska	CINBrasil Participações
Activos	11 141 122	7 458 581	183 091	1 527 380	458 161	1 411 029	739 363
Passivos	(1 125 107)	(1 333 479)	(70 455)	(148 966)	(379 036)	(585 862)	-
Total	10 016 015	6 125 101	112 636	1 378 414	79 125	825 168	825 168

31 de Dezembro de 2020							
	Tintas Cin Angola	Tintas Cin Moçambique	Cin Coatings Mexico	Cin Coatings South Africa	BOERO Coatings Turkey	Cin Coatings Polska	CINBrasil Participações
Activos	8 344 065	5 022 434	641 165	1 279 423	786 834	945 494	1 481 206
Passivos	(498 485)	(880 933)	(59 347)	(106 787)	(390 993)	(31 161)	-
Total	7 845 580	4 141 501	581 818	1 172 636	395 841	914 333	914 333

O risco de tradução ou conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também chamado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de “traduzir” as demonstrações financeiras das participadas no exterior. A política de gestão do risco de câmbio de tradução do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação e as estruturas de capital dessas participadas (em 31 de Dezembro de 2021, esta situação é apenas aplicável às subsidiárias acima apresentadas).

Conforme mencionado na Nota 1.2 d), os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço e os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão cambial”.

ii) Risco de preço

O risco de preço está essencialmente ligado às matérias-primas como o zinco, as resinas e o dióxido de titânio bem como ligado à energia, nomeadamente a eléctrica.

Existe um acompanhamento permanente da evolução do preço destas matérias-primas e das perspectivas da sua evolução futura, sendo o risco gerido em função destas expectativas.

Relativamente ao zinco, a gestão do risco é efectuada, quando considerado oportuno, pela cobertura através do mercado de futuros. Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 não existem posições em aberto relativas a estes instrumentos.

Para as resinas e para o dióxido de titânio, sempre que as condições de mercado o permitem, são celebrados contratos com os fornecedores que garantem os preços por um período alargado, normalmente um semestre.

Variações anormais dos preços destas matérias-primas poderão ser reflectidas nos preços de venda.

iii) Risco de crédito

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contra-

tuais, resultando uma perda para o Grupo.

O risco de crédito decorrente da actividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objectivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) efectuar análises de imparidade aos valores a receber numa base regular.

O Grupo não apresenta risco de crédito significativo com algum cliente em particular, ou com algum grupo de clientes com características semelhantes, na medida em que as contas a receber estão repartidas por um amplo leque de clientes, diferentes segmentos de negócio e diferentes áreas geográficas. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende. Para os clientes em que o risco de crédito o justifique, essas garantias consubstanciam-se em seguros de crédito e garantias bancárias.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 encontram-se divulgados na Nota 29.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas por imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 29.

Os montantes relativos aos activos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, os quais se encontram líquidos de perdas por imparidade acumuladas, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez do Grupo CIN tem por objectivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade de detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

O Grupo tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de activos e passivos, gerindo as respectivas maturidades de forma equilibrada. Na gestão da sua exposição ao risco de liquidez o Grupo assegura a contratação de instrumentos e facilidades de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados à especificidade das necessidades de cada negócio e participada, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

v) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante de endividamento indexado a taxas variáveis.

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco de volatilidade. O impacto dessa volatilidade nos resultados e no capital próprio do Grupo não é significativo em

virtude do relativo baixo nível de endividamento e da possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos nos resultados operacionais do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge").

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 137.268.079 Euros e 93.932.344 Euros, respectivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Nota 23), locações operacionais (Nota 9) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 19) contratados junto de diversas instituições, bem como o montante de 9.842.950 Euros (10.524.939 Euros em 2020) incluídos na rubrica "Outros activos financeiros" de curto prazo, em função das suas características.

As receitas e "cash-flows" do Grupo são minimamente influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades da Empresa e bem assim os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas do Grupo, se encontram dependentes unicamente da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Em financiamentos de longo prazo e como forma de cobrir a eventual variação de taxa de juro de longo prazo, o Grupo contrata, sempre que apropriado, instrumentos financeiros derivados de cobertura de "cash-flows" ("swaps" de taxa de juro).

Análise de Sensibilidade da Taxa de Juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros (derivados e não derivados) existentes à data do balanço. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- O montante do passivo em dívida à data de balanço manteve-se durante todo o ano em análise, e as datas para refixação de preços ocorrem no início do exercício;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afectam o montante do juro a receber ou a pagar, dos instrumentos com taxa variável;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante do juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afectam o justo valor dos derivados de cobertura e todos os derivados de cobertura de taxa de juro são eficientes;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados ("swaps") ou de outro activo e passivo financeiro é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas das "yields".

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

Se as taxas de juro tivessem sido 0,75 pontos percentuais superiores/inferiores, e todas as outras variáveis permanecessem constantes, pressuposto que dificilmente ocorrerá dada a correlação com outras variáveis, o impacto no resultado líquido e nas outras reservas do Grupo teria sido o seguinte:

	2021		2020	
	-0,75 b.p.	+0,75 b.p.	-0,75 b.p.	+0,75 b.p.
Resultado Líquido ⁽¹⁾	-	-238 000	-16.000	-250.000
Capitais Próprios ⁽²⁾	-	-	-4.000	2.000

(1) devido essencialmente à exposição do Grupo às taxas de juro nos seus empréstimos de taxa variável;
(2) devido essencialmente às alterações de justo valor dos derivados de cobertura.

Na opinião do Conselho de Administração, esta análise de sensibilidade não é representativa do risco inerente à taxa de juro, sendo que a exposição do final de cada exercício poderá não coincidir com a verificada ao longo do mesmo,

dado que esta não reflecte os pagamentos efectuados.

vi) Risco de capital

O Grupo gere o seu capital de forma a garantir a continuidade das suas atividades, maximizando o retorno aos acionistas através da otimização do saldo da dívida e do capital próprio líquido.

A estrutura de capital do Grupo consiste em dívida líquida (financiamentos obtidos divulgados na Nota 23 após dedução de saldos de caixa e bancos) e capital próprio líquido (compreendendo capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme divulgado na Nota 21). O Grupo está sujeito a requisitos de capital impostos externamente que têm de ser atingidos nomeadamente ao nível da Autonomia Financeira e rácio Net Debt/ Ebitda.

No âmbito da política de gestão de riscos, o Grupo revê a sua estrutura de capital anualmente. Como parte dessa revisão, o Grupo considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

v) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2. Alterações de políticas e correcções de erros

Durante o exercício de 2021 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

3. Empresas filiais incluídas na consolidação

As empresas filiais incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2021, são como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Efectiva
Com sede em Portugal:				
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A. ("Empresa mãe")	Maia	-	-	-
CIN Industrial Coatings, S.A. ("CIN Industrial Coatings")	Maia	-	100%	100%
Terraços do Souto – Sociedade Imobiliária, S.A. ("Terraços do Souto")	Maia	100%	-	100%
Martolar – Materiais de Construção, Lda. ("Martolar")	Alenquer	100%	-	100%
Nictrading – Comércio Internacional, Lda. ("Nictrading")	Machico	-	100%	100%
Navis – Marine Paints, S.A. ("Navis")	Maia	55%	-	55%
Atossa Imobiliária, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Atossa")	Maia	100%	-	100%
Conceitcor – Comércio de Tintas, Soc. Unip., Lda. ("Conceitcor")	Albufeira	100%	-	100%
Com sede em outros países:				
CIN Valentine, S.A. ("CIN Valentine")	Barcelona (Espanha)	-	100%	100%
Pinturas Cin Canarias, S.A. ("Pinturas Cin Canarias")	Tenerife (Espanha)	-	100%	100%
Amida Inversiones, S.L. ("Amida Inversiones")	Madrid (Espanha)	5%	95%	100%
CIN Inmuebles, S.L. ("CIN Inmuebles")	Barcelona (Espanha)	-	100%	100%
CIN Pinturas & Barnices, SLU ("CIN Pinturas & Barnices")	Madrid (Espanha)	-	100%	100%
CIN Internacional B.V. ("CIN BV")	Amesterdão (Holanda)	100%	-	100%
Tintas CIN de Angola, SARL ("CIN Angola")	Benguela (Angola)	1%	99%	100%
Tintas CIN (Moçambique), SARL ("CIN Moçambique")	Maputo (Moçambique)	-	100%	100%
Coatings RE, S.A. ("Coatings RE")	Luxemburgo	-	100%	100%
Vita Investments, S.A. ("Vita Investments")	Luxemburgo	-	100%	100%
PF Investissements, S.A. ("PF Investissements")	Lyon (França)	-	100%	100%
CIN Celliose, S.A. ("CIN Celliose")	Lyon (França)	-	100%	100%
CIN Coatings Mexico S de RL de CV ("CIN Coatings Mexico")	Izcalli (México)	-	100%	100%
CIN Coatings South Africa (PTY), Ltd. ("CIN Coatings South Africa")	Johannesburg (África do Sul)	-	99%	99%
CIN Monopol, SAS ("CIN Monopol")	Valence (França)	-	100%	100%
CIN SORITEC, S.A. ("CIN Soritec")	Girona (Espanha)	-	100%	100%
NASA, Sociedad de R.L.	Valence (França)	-	100%	100%
CIN Govesan, S.A. ("CIN Govesan")	Madrid (Espanha)	-	100%	100%
CIN Coatings Polska Sp.z o.o. ("CIN Polónia")	Pruszków (Polónia)	-	100%	100%
CIN Brasil Participações, Ltda. ("CIN Brasil")	Recife (Brasil)	-	100%	100%
Grupo Boero Bartolomeo:				
Boero Bartolomeo S.p.A. ("Boero Bartolomeo")	Genova (Itália)	82,75%	-	82,75%
Immobiliare Genova MolassanaNuova S.p.A.	Genova (Itália)	-	82,75%	82,75%
Boero Colori France S.a.r.l. ("Boero França")	Mandelieu La Napoule (França)	-	82,75%	82,75%
Boero USA Inc. ("Boero USA")	Wilmington (USA)	-	82,75%	82,75%
BOERO Coatings Turkey A.S. ("Boero Turquia")	Istambul (Turquia)	-	82,75%	82,75%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pelo IFRS 10 – "Demonstrações financeiras consolidadas" (Nota 1.2 a)).

No final do exercício de 2020, o Grupo CIN adquiriu a entidade Conceitcor tendo a mesma passado a ser incluída no perímetro de consolidação pelo método de consolidação integral com efeitos a 31 de Dezembro de 2021 (Nota 5). A 31 de dezembro de 2020, a participação na mesma foi registada ao custo e apresentada como investimento em associada.

Com efeitos a 31 de Dezembro de 2021, verificou-se:

- O Grupo CIN adquiriu uma participação maioritária no Grupo Italiano Boero Bartolomeo, tendo sido incluída no perímetro de consolidação pelo método de consolidação integral (Nota 5);
- As empresas CIN Polónia e CIN Brasil passaram a ser incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral;

- Passagem da participação detida na CIN Turquia para o Grupo Boero. Adicionalmente a denominação social desta foi alterada para "BOERO Coatings Turkey A.S.".

As empresas associadas, como definido nas políticas do Grupo, são incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial. As suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2021, são como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Efectiva
Cenaris, Gmbh	Alemanha	-	30%	30%
Grupo Média Capital, SGPS, S.A.	Portugal	11,20%	-	11,20%
Perfect Obelisk, S.A.	Portugal	-	12%	12%
Chugoku - Boat Italy S.p.A.	Italia	-	30%	30%
CIN Sénégal SARL - Société à Responsabilité Limitée	Senegal	-	70%	70%

O valor de Balanço destas associadas, incluído na rubrica "Investimentos financeiros em associadas", em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, tinha a seguinte composição:

Associadas	Valor líquido contabilístico	
	31/12/2021	31/12/2020
Cenaris, Gmbh	813 611	683 060
Grupo Média Capital, SGPS, S.A.	6 433 645	6 418 145
Perfect Obelisk, S.A.	1 680 000	-
Chugoku - Boat Italy S.p.A.	1 373 000	-
CIN Sénégal SARL - Société à Responsabilité Limitée	5 450	-
Boero Bartolomeo S.p.A. (Nota 5)	-	9 427 456
Conceitcor – Comércio de Tintas, Soc. Unip., Lda.	-	1 252 550
	10 305 706	17 781 211

No exercício, foi adquirido controlo sobre a Entidade Boero Bartolomeu S.p.A, tendo sido incluída pelo método de consolidação integral nas contas do Grupo CIN com efeitos a 31 de dezembro de 2021.

Os principais indicadores destas entidades a 31 de Dezembro de 2021, tinham a seguinte composição:

Associadas	31/12/21						
	Sede	Activo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	% detida	Montante registado
Cenaris, Gmbh (*)	Alemanha	3 604 982	1 915 945	1 689 037	764 000	30,00%	813 611
Grupo Média Capital, SGPS, S.A. (**)	Portugal	220 992 661	151 655 691	69 336 970	(8 498 259)	11,20%	6 433 645
Perfect Obelisk, S.A.	Portugal	14 093 642	62 234	14 031 408	32 923	12,00%	1 680 000
Chugoku - Boat Italy S.p.A.	Italia	11 216 978	7 990 780	3 226 198	130 247	30,00%	1 373 000
CIN Sénégal SARL	Senegal	7 786	-	7 786	-	70,00%	5 450
							10 305 706

(*) Mensuração com base na informação da entidade a Novembro de 2021 e Forecast dos resultados a Dezembro de 2021.

(**) Dados divulgados com base na última informação pública disponível à data (30 de Junho de 2021).

A informação poderá ser consultada no site institucional da entidade.

Em 31 de Dezembro de 2021, as entidades "Gupo Média Capital" e "Perfect Obelisk" apresentam uma percentagem de detenção inferior a 20%, no entanto, o Grupo Cin detém representação no Conselho de Administração de ambas as entidades.

Em 31 de Dezembro de 2021 os montantes registados associados às participações financeiras detida nas entidades "Chugoku – Boat Italy S.p.A." e "Cenaris, Gmbh" incluíam, respectivamente, o valor de 413.000 Euros e 306.900 Euros relativos ao Goodwill associado às diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis das associadas na data de aquisição. A recuperação dos referidos montantes é avaliada como parte integrante do investimento financeiro.

4. Outros investimentos

As empresas filiais excluídas da consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2021, são como segue:

Denominação social	Sede	Valor de balanço	Percentagem do capital detido		
			Directa	Indirecta	Efectiva
Detidas por CIN:					
Tintas Cin Guiné, Lda. (“Cin Guiné”)	Bissau (Guiné)	-	51%	-	51%
Tintas Cin Macau, Lda. (“Cin Macau”)	Macau (China)	-	90%	-	90%

Os investimentos financeiros nas empresas do Grupo – Cin Guiné e Cin Macau encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo registada uma perda por imparidade para reduzir os mesmos ao valor estimado líquido de realização em face da sua inactividade.

Em 31 de Dezembro de 2020 o Grupo detinha nesta rubrica o valor de investimento financeiro associado às subsidiárias "Cin Brasil Participações, Ltda." e "Cin Coatings Polska Sp. zoo.", as quais não apresentavam actividade relevante, pelo que foram excluídas do exercício de consolidação (montante líquido global de investimento ascendia a, aproximadamente, 772 mil Euros). Com efeitos a 31 de Dezembro de 2021, as referidas entidades integraram o perímetro de consolidação pelo método de consolidação integral.

5. Alterações no perímetro da consolidação

Conforme referido nas Notas Introdutória e Nota 3, o Grupo CIN adquiriu, no exercício de 2021, uma participação maioritária no Grupo Boero Bartolomeo, que lhe conferiu controlo sobre o referido Grupo.

O processo de aquisição foi realizado no início do exercício findo a 31 de Dezembro de 2021, tendo a sua consolidação sido realizada com efeitos a 1 de Janeiro de 2021. O impacto da inclusão do referido Grupo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CIN no exercício de 2021, à data de 1 de Janeiro de 2021:

Grupo Boero Bartolomeo		01/01/2021		
	Nota	Valor Contabilístico	Ajustamentos de justo valor	Justo Valor
Activos Não Correntes:				
Activos fixos tangíveis	6	19 759 000	3 700 000	23 459 000
Goodwill		7 411 000	(7 411 000)	-
Activos intangíveis	8	2 519 000	23 400 000	25 919 000
Propriedades de investimento		2 463 000	100 000	2 563 000
Investimentos em associadas		1 395 000	-	1 395 000
Outros activos financeiros		722 000	-	722 000
Direitos de uso		3 089 000	-	3 089 000
Activos por impostos diferidos	13	2 182 000	-	2 182 000
Clientes		948 000	-	948 000
Outros activos não correntes		28 000	-	28 000
		40 516 000	19 789 000	60 305 000
Activos Correntes:				
Inventários	14	18 311 000	-	18 311 000
Clientes		34 939 000	-	34 939 000
Outras dívidas de terceiros		1 353 000	-	1 353 000
Estado e outros entes públicos		402 000	-	402 000
Outros activos correntes		1 365 000	-	1 365 000
Caixa e equivalentes a caixa		657 000	-	657 000
		57 027 000	-	57 027 000
Total do activo		97 543 000	19 789 000	117 332 000

Passivos Não Correntes:				
Empréstimos bancários		4 781 000	-	4 781 000
Responsabilidades com pensões		1 467 000	-	1 467 000
Provisões		1 365 000	-	1 365 000
Locação operacional		2 005 000	-	2 005 000
Passivos por impostos diferidos	13	2 000 000	6 000 000	8 000 000
		11 618 000	6 000 000	17 618 000
Passivos Correntes:				
Empréstimos bancários		6 804 000	-	6 804 000
Locação operacional		1 142 000	-	1 142 000
Fornecedores		17 214 000	-	17 214 000
Outras dívidas a terceiros		3 433 000	-	3 433 000
Estado e outros entes públicos		2 513 000	-	2 513 000
Outros passivos correntes		9 000	-	9 000
Provisões		410 000	-	410 000
		31 525 000	-	31 525 000
Total do PASSIVO		43 143 000	6 000 000	49 143 000
Total Activos Líquidos com Exercício de Imputação do Justo Valor:				68 189 000
Interesses sem controlo:				(11 762 603)
Participação detida a 31 de Dezembro de 2020:				(8 927 454)
Preço de aquisição:				(39 590 396)
Badwill:				7 908 548
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição:				
Pagamentos efectuados				(39 590 396)
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos				657 000
				(38 933 396)

Decorrente desta operação de concentração foi realizado um exercício de imputação de justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos no processo de concentração.

O justo valor foi determinado através de metodologias de valorização para cada tipologia de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível à data da concentração. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram:

- i) Ativos fixos tangíveis e Propriedades de investimento (3.800.000 Euros); cuja valorização foi obtida através de avaliações realizadas por peritos independentes;
- ii) Ativos intangíveis – Valorização da Marca (23.400.000 Euros); valorizada com base na metodologia dos royalties libertados, utilizando uma taxa de royalties de 5% e um custo médio ponderado de 12,2%, entre outros pressupostos utilizados; este exercício foi igualmente realizado por perito independente;
- iii) Passivos por impostos diferidos (6.000.000 Euros) associados aos exercícios de valorização acima identificados;

O exercício de imputação de fair value realizado por parte do Grupo, foi realizado sob monitorização e revisão do Grupo CIN, mas com o apoio de uma entidade externa e independente ao Grupo CIN contractada para o efeito.

A alocação do preço de compra, de acordo com o previsto na IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais, a esta data já se encontra concluída. Em 31 de Dezembro de 2021 não existem contas a pagar ou a receber decorrentes desta aquisição. Não existem igualmente pagamentos contingentes associados à referida transação.

A demonstração dos resultados do Grupo Boero com efeitos a 31 de dezembro de 2020, exercício prévio à operação de ganho de controlo do Grupo CIN, era a seguinte:

Grupo Boero Bartolomeo	31.12.2020
	Demonstração de resultados
Proveitos operacionais	
Vendas e prest. serviços	87 023 000
Outros proveitos operacionais	978 000
	88 001 000
Custos operacionais	
Custos das vendas	33 446 000
Fornecimento de serviços externos	21 947 000
Custos com o pessoal	19 729 000
Amortizações e depreciações	4 619 000
Provisões e perdas por imparidade	798 000
Outros custos operacionais	1 331 000
	81 870 000
Resultados operacionais	6 131 000
Ganhos / (perdas) em associadas	(111 000)
Custos financeiros	(645 000)
Proveitos financeiros	73 000
Resultado antes de impostos	5 448 000
Impostos sobre o rendimento	(1 652 000)
Resultado líquido do exercício	3 796 000

A partir de 1 de Janeiro de 2021, o Grupo passou também a incluir no seu exercício de consolidação através do método de consolidação as subsidiárias "Conceitcor", "CIN Brasil" e "CIN Polónia", tendo sido o impacto na variação do perímetro das demonstrações financeiras consolidadas a 31 de Dezembro de 2021, o seguinte:

	Nota	CIN Polónia Valor Líquido	CIN Brasil Valor Líquido	Conceitcor Valor Líquido
Activos fixos tangíveis	6	54 102	-	10 468
Goodwill	5	-	-	695 392
Investimentos em empresas associadas	3	-	-	(1 252 550)
Outros investimentos		(718 525)	(53 000)	-
Inventários	14	542 293	-	126 544
Clientes		(1 514 268)	-	319 194
Outras dívidas de terceiros		(594 944)	(739 445)	5 113
Estado e outros entes públicos		(33 607)	-	52 671
Outros activos correntes		-	-	2 043
Caixa e equivalentes a caixa		330.014	-	176 331
Fornecedores		(373 803)	-	(1 567)
Outras dívidas a terceiros		(29 023)	-	(68 056)
Provisões		(653)	-	-
Impacto Total:		(2 338 414)	(792 445)	65 582

Os fluxos de caixa de investimento correspondentes ao pagamento / aquisição de "Outros Investimentos", no exercício de 31 de dezembro de 2021, referem-se, essencialmente, ao investimento no Grupo Boero (39,6M€) e ao investimento na Perfect Obelisk (1,7M€). A 31 de dezembro de 2020, os pagamentos em causa referiam-se, essencialmente, à aquisição de uma participação minoritária no Grupo Boero (aproximadamente, 6,7 M€), ao pagamento da participação hoje detida na Media Capital (aproximadamente 6,4M€) e na Conceitcor (aproximadamente 1,2 M€).

6. Activos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido no valor bruto dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Exercício de 2021							
	Terrenos e re- cursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos e ferra- mentas	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activo bruto								
Saldo inicial	26 890 070	121 805 730	79 451 777	4 544 751	25 097 195	4 025 250	2 880 343	264 695 117
Variação de perímetro (Nota 5)	9 511 217	14 089 355	51 032 087	935 751	1 226 038	241 761	153 125	77 189 334
Adições	-	1 368 716	2 312 364	49 144	422 963	401 759	1 600 245	6 155 193
Alienações e Abates	(55 658)	(4 808 086)	(3 525 771)	(2 666 617)	(861 425)	(2 422 324)	-	(14 339 881)
Transferên- cias	-	1 469 510	964 960	(648)	177 838	(2 455)	(2 609 205)	(0)
Efeitos da atualização cambial	-	910 204	10 689	6 742	1 210	48 300	-	977 145
Saldo Final	36 345 629	134 835 428	130 246 106	2 869 125	26 063 819	2 292 290	2 024 509	334 676 907
Amortizações e perdas de Imparidade acumuladas								
Saldo inicial	-	75 779 450	66 370 653	4 352 308	22 899 123	3 376 945	-	172 778 484
Variação de perímetro (Nota 5)	-	7 201 819	44 375 287	889 811	1 050 073	148 774	-	53 665 764
Amortizações exercício	-	3 764 973	4 188 094	139 489	1 268 082	177 297	-	9 537 935
Alienações e Abates	-	(2 613 335)	(3 525 771)	(2 521 246)	(739 807)	(2 239 033)	-	(11 639 192)
Saldo Final	-	84 132 906	111 408 262	2 860 363	24 477 472	1 463 983	-	224 342 991
Valor Líquido	36 345 629	50 702 522	18 837 845	8 762	1 586 348	828 308	2 024 509	110 333 915
	Exercício de 2020							
	Terrenos e re- cursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos e ferra- mentas	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activo bruto								
Saldo inicial	26.890.070	120.502.507	79.474.048	4.764.159	24.835.036	3.962.131	2.309.131	262.737.073
Adições	-	433.492	552.558	45.273	254.351	56.022	2.977.803	4.319.499
Alienações e Abates	-	(21.758)	(1.414.379)	(106.496)	(59.598)	(4.221)	-	(1.606.452)
Transferên- cias	-	1.467.300	842.291	(19.642)	113.156	3.475	(2.406.581)	-
Efeitos de actualização cambial	-	(575.812)	(2.741)	(138.543)	(47.500)	7.843	-	(755.003)
Saldo final	26.890.070	121.805.729	79.451.777	4.544.751	25.097.195	4.025.250	2.880.343	264.695.117
Amortizações e perdas de Imparidade acumuladas								
Saldo inicial	-	71.711.975	64.904.793	3.876.682	21.738.636	2.889.281	-	165.121.372
Amortizações exercício	-	3.481.385	2.934.723	148.507	1.236.584	85.575	-	7.886.774
Alienações e Abates	-	(21.758)	(1.368.684)	(105.104)	(59.598)	14.715	-	(1.540.429)
Transferên- cias	-	-	(224.235)	20.819	(18.079)	221.495	-	-
Efeitos de actualização cambial	-	607.848	124.056	411.404	1.580	165.879	-	1.310.767
Saldo final	-	75.779.450	66.370.653	4.352.308	22.899.123	3.376.945	-	172.778.484
Valor Líquido	26.890.070	46.026.280	13.081.124	192.443	2.198.072	648.306	2.880.343	91.916.633

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os "Activos fixos tangíveis em curso" eram essencialmente respeitantes a projetos em curso relativos a edifícios e equipamentos industriais e técnicos.

7. Goodwill

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o valor líquido contabilístico do Goodwill, o qual foi originado por aquisições efetuadas pelo Grupo nos mercados referidos com o objetivo de expandir as suas operações nesses mercados, tinha a seguinte composição:

País / Negócio	31.12.2021			31.12.2020		
	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor Líquido
Espanha	6 647 178	(3 500 000)	3 147 178	6 647 178	-	6 647 178
França	12 948 526	-	12 948 526	12 948 526	-	12 948 526
Portugal	8 568 186	-	8 568 186	7 872 794	-	7 872 794
	28 163 890	(3 500 000)	24 663 890	27 468 498	-	27 468 498

Em 31 de Dezembro de 2021, a variação verificada no Goodwill associado à geografia de Portugal é respeitante à aquisição e consolidação da subsidiária Conceitcor (Nota 5).

O Grupo procede anualmente a testes de imparidade ao Goodwill. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso.

As análises de imparidade do Goodwill são efetuadas utilizando o método "Discounted Cash Flows", tendo como base as projeções financeiras de cash flows de cada unidade geradora de caixa e considerando uma perpetuidade após o último ano de projeção.

As projeções financeiras são preparadas com base em pressupostos de evolução da atividade das unidades geradoras de caixa, que o Conselho de Administração entende serem coerentes com o histórico e com as tendências de mercado, sendo razoáveis, prudentes e que reflitam a sua visão. Adicionalmente, sempre que possível, foram considerados dados de mercado obtidos de entidades externas, os quais foram comparados com dados históricos e a experiência do Grupo.

As taxas de desconto utilizadas refletem o nível de endividamento e custo do capital alheio do Grupo CIN, bem como o nível de risco e rentabilidade esperada pelo mercado. Acresce referir que, na determinação das taxas de desconto, a componente relativa à taxa de juro de um ativo sem risco tem por referência a taxa de juro das obrigações alemãs, acrescido de um prémio de risco para Portugal. As taxas de desconto utilizadas incluem ainda um prémio de risco de mercado.

A taxa de crescimento da perpetuidade é estimada com base na análise do potencial de mercado de cada unidade geradora de caixa, com base em expectativas do Conselho de Administração.

A quantificação dos pressupostos acima referidos foi efetuada tendo por base dados históricos, bem como a expectativa do Conselho de Administração do Grupo. Contudo, tais pressupostos podem ser afetados por fenómenos de natureza política, económica ou legal que neste momento são imprevisíveis.

Em resultado das análises de imparidade efetuadas, com base nas metodologias e pressupostos referidos, o Conselho de Administração concluiu pelo registo de uma perda por imparidade relativo a uma subsidiária do Grupo no mercado Espanhol no valor de 3.500.000 Euros (Nota 29).

Em 31 de dezembro de 2021, os métodos e os pressupostos utilizados na elaboração dos testes de imparidade relativamente ao Goodwill, foram como segue:

Principais pressupostos	Espanha	França	Portugal
Taxa de Desconto	7,97%	7,67%	8,17%
Crescimento de vendas	4,23%	2,78%	2,68%
Taxa de crescimento da perpetuidade	1,50%	1,50%	1,50%

O aumento de 0,25% no pressuposto das taxas de desconto ao longo dos anos das projecções não implicaria a necessidade de registar perdas por imparidade adicionais em 31 de Dezembro de 2021. De igual forma, a redução em 0,5% no pressuposto das taxas de crescimento não resultaria em perdas significativas em 31 de Dezembro de 2021.

8. Activos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido no valor bruto dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Exercício de 2021					
	Despesas de instalação	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Trespases	Marcas	Imobilizações em curso
Activo bruto:						
Saldo inicial	8 074	12 430 829	6 319 847	3 031 493	-	-
Varição de perímetro (Nota 5)	2 444 202	-	7 441 576	-	23 400 000	124 610
Adições	338 675	285 187	612 895	-	-	324 546
Alienações e Abates	-	(88 026)	(206 355)	-	-	-
Transferências	-	-	-	1 882 660	-	-
Saldo final	2 790 952	12 627 990	14 167 963	4 914 153	23 400 000	449 157
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:						
Saldo Inicial	7 101	9 260 585	5 977 546	386 677	-	-
Varição de perímetro (Nota 5)	1 013 270	-	6 478 118	-	-	-
Amortizações do exercício	322 189	1 321 918	495 745	-	-	-
Alienações e Abates	-	(88 026)	(126 517)	-	-	-
Transferências	45 532	-	-	1 814 209	-	-
Saldo final	1 388 092	10 494 478	12 824 892	2 200 886	-	-
Valor líquido	1 402 860	2 133 512	1 343 071	2 713 267	23 400 000	449 157

	Exercício de 2020					
	Despesas de instalação	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Trespases	Imobilizações em curso	Total
Activo bruto:						
Saldo inicial	10.843	9.453.953	6.285.705	3.031.493	2.044.441	20.826.434
Adições	-	253.974	34.142	-	678.461	966.577
Transferências	-	2.722.902	-	-	(2.722.902)	-
Ajustes	(2.769)	-	-	-	-	(2.769)
Saldo final	8.074	12.430.829	6.319.847	3.031.493	-	21.790.242
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:						
Saldo Inicial	10.843	8.527.996	5.854.969	370.729	-	14.764.537
Amortizações do exercício	691	732.589	87.739	17.275	-	838.294
Transferências	-	-	-	-	-	-
Ajustes	(4.433)	-	34.838	(1.327)	-	29.078
Saldo final	7.101	9.260.585	5.977.546	386.677	-	15.631.909
Valor líquido	973	3.170.244	342.301	2.644.816	-	6.158.336

Em 31 de Dezembro de 2021, as rubricas "Marcas" e "Trespases" correspondem a:

- A rubrica "Marcas" inclui o montante de 23.400.000 Euros, que corresponde à valorização da marca Boero (Nota 5);
- A rubrica "Trespases" inclui o montante de 2.107.069 Euros correspondente ao contrato de trespasse celebrado entre a CIN e a Tintas Robbialac, S.A. em 19 de Novembro de 2007, mediante o qual a CIN adquiriu o negócio daquela entidade denominado "Segmento de Indústria";

A Cin efetua testes de imparidade sobre os ativos intangíveis sem vida útil definida com base anual, tendo por base os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração.

9. Direitos de uso e passivos de locações

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 no montante dos activos relacionados com direitos de uso, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Exercício de 2021			Total
	Edifícios	Equipamento transporte	Outros Equipamentos	
Activo bruto:				
Saldo Inicial	9 661 201	4 009 562	-	13 670 762
Variação de perímetro (Nota 5)	3 878 000	1 391 000	471 000	5 740 000
Aumentos	4 731 617	1 140 669	150 000	6 022 285
Actualizações de contratos	19 843	93 937	-	113 781
Contratos terminados	(2 428 147)	(1 344 840)	-	(3 772 987)
Cancelamentos de contratos	-	(141 494)	-	(141 494)
Saldo Final	15 862 514	5 148 833	621 000	21 632 347
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo Inicial	4 378 607	2 077 247	-	6 455 853
Variação de perímetro (Nota 5)	1 724 000	691 000	236 000	2 651 000
Aumentos	4 203 607	1 493 556	144 000	5 841 163
Contratos terminados	(2 374 839)	(1 265 750)	-	(3 640 589)
Cancelamentos de contratos	-	(90 373)	-	(90 373)
Saldo Final	7 931 375	2 905 679	380 000	11 217 054
Valor Líquido	7 931 139	2 243 154	241 000	10 415 293

	Exercício de 2020			Total
	Edifícios	Equipamento transporte	Outros Equipamentos	
Activo bruto:				
Saldo Inicial	9 802 891	3 503 914	-	13 306 805
Aumentos	2 574 837	686 082	-	3 260 919
Actualizações de contratos	(1 046 375)	350 445	-	(695 929)
Contratos terminados	(1 670 153)	(186 643)	-	(1 856 795)
Cancelamentos de contratos	-	(344 237)	-	(344 237)
Saldo Final	9 661 201	4 009 562	-	13 670 762
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo Inicial	2 929 196	1 114 278	-	4 043 475
Aumentos	3 119 563	1 305 088	-	4 424 652
Contratos terminados	(1 670 153)	(186 643)	-	(1 856 795)
Cancelamentos de contratos	-	(155 477)	-	(155 477)
Saldo Final	4 378 607	2 077 247	-	6 455 853
Valor Líquido	5 282 594	1 932 315	-	7 214 909

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 no montante dos passivos de locação foi o seguinte:

	Exercício de 2021			Total
	Edifícios	Equipamento transporte	Outros Equipamentos	
Saldo Inicial	5 342 154	1 967 092	-	7 309 245
Variação de perímetro (Nota 5)	2 199 000	709 000	239 000	3 147 000
Aumentos (novos contratos)	4 731 617	1 130 669	151 000	6 013 285
Pagamentos	(4 216 059)	(1 538 427)	(145 000)	(5 899 486)
Alteração/cancelamento de contratos	47 084	10 781	-	57 866
Saldo Final	8 103 796	2 279 115	245 000	10 627 911

	Exercício de 2020			Total
	Edifícios	Equipamento transporte	Outros Equipamentos	
Saldo Inicial	7 004 289	2 419 487	-	9 423 776
Aumentos (novos contratos)	2 574 837	686 082	-	3 260 919
Pagamentos	(3 055 985)	(1 297 976)	-	(4 353 961)
Alteração/cancelamento de contratos	(1 180 987)	159 500	-	(1 021 487)
Saldo Final	5 342 154	1 967 092	-	7 309 245

O montante de passivos de locação detalha-se do seguinte modo:

	31-12-2021	31-12-2020
Entre 1 e 2 anos	2 721 329	1.995.807
Entre 2 e 3 anos	1 217 560	1.061.153
Entre 3 e 4 anos	1 759 834	337.338
Mais de 4 anos	432 616	467.546
	6 131 340	3.861.844

10. Propriedades de investimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe por imóvel das Propriedades de investimento do Grupo é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Propriedades de investimento:		
Terreno/Imóveis Guardieiras	4 617 867	6 266 008
Terreno/Imóveis Leça da Palmeira	2 330 334	2 330 334
Terreno/Imóveis Itália	2 382 654	-
Terreno/Imóveis Outros	375 109	7 666 305
	9 705 964	16 262 648

Os montantes registados na presente natureza referem-se a imóveis não utilizados no decurso ordinário dos negócios do CIN, estando, no seu estado atual ou após processo de valorização, destinados a venda.

O Grupo tem como política, com base recorrente, realizar avaliações por avaliadores externos independentes, com qualificação profissional, a fim de aferir do valor de recuperação dos referidos ativos.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

	31.12.2021	31.12.2020
Propriedades de investimento:		
Saldo em 1 de Janeiro	16 262 648	15 123 284
Variação de perímetro (Nota 5)	2 563 000	-
Adições	575 002	1 139 364

Alienações	(7 830 779)	-
Imparidades (Nota 29)	(1 683 561)	-
Depreciações do exercício	(180 346)	-
Saldo em 31 de Dezembro	9 705 964	16 262 648

No exercício de 2021, foram efetuadas alienações de um conjunto de imóveis, tendo em resultado das mesmas sido registadas mais valias no montante de 1.684.081 Euros (Nota 31).

Adicionalmente, decorrente das avaliações efetuadas por peritos externos e independentes ao Grupo CIN, foi constituída uma imparidade de 1.683.561 Euros relativa ao Terreno das Guardieiras dado que nesta data, o seu justo valor era inferior ao valor contabilístico nesse montante (Nota 29).

Acresce referir, que em 31 de Dezembro de 2021, o valor registado na linha "Variação de perímetro" inclui um reforço de 100.000 Euros resultante do apuramento do justo valor associado à operação de aquisição da Boero (Nota 5).

11. Classes de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 1.3 d), foram classificados como segue:

Activos financeiros

	Notas	Instrumentos de dívida e contas a receber ao custo amortizado	Instrumentos de dívida e contas a receber ao custo justo	Ao justo valor através de demonstração de resultados	Total
31 de Dezembro de 2021					
Activos não correntes					
Outros activos financeiros	12	-	1 413 291	112 416	1 525 707
Clientes	16	725 000	-	-	725 000
Outros activos não correntes	14	518 842	-	-	518 842
		1 243 842	1 413 291	112 416	2 769 549
Activos correntes					
Clientes	16	71 981 962	-	-	71 981 962
Outras dívidas de terceiros	17	5 019 265	-	-	5 019 265
Outros activos correntes	18	2 014 072	-	-	2 014 072
Outros activos financeiros	12	-	-	9 842 949	9 842 949
Caixa e equivalentes a caixa	19	41 385 237	-	-	41 385 237
		120 400 535	-	9 842 949	130 243 484
		121 644 377	1 413 291	9 955 365	133 013 033
31 de Dezembro de 2020					
Activos não correntes					
Outros activos financeiros	12	-	531 266	88 063	619 329
Outros activos não correntes	14	474.786	-	-	474 786
		474.786	531 266	88 063	1 094 115
Activos correntes					
Clientes	16	29 664 131	-	-	29 664 131
Outras dívidas de terceiros	17	2 960 922	-	-	2 960 922
Outros activos correntes	18	1 464 228	-	-	1 464 228
Outros activos financeiros	12	2 428 465	-	8 096 474	10 524 939
Caixa e equivalentes a caixa	19	43 652 839	-	-	43 652 839
		80 170 585	-	8 096 474	88 267 059
		80 645 371	531 266	8 184 537	89 361 173

Passivos financeiros

	Notas	Derivados de cobertura	Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado	Total
31 de Dezembro de 2021				
Passivos não correntes				
Financiamentos obtidos	23	-	129 735 748	129 735 748
Passivos de locações	9	-	6 131 340	6 131 340
Outras dívidas a terceiros	26	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados		-	-	-
		-	135 867 088	135 867 088
Passivos correntes				
Financiamentos obtidos	23	-	48 132 606	48 132 606
Passivos de locações	9	-	4 496 571	4 496 571
Fornecedores	25	-	62 969 156	62 969 156
Outras dívidas a terceiros	26	-	5 090 420	5 090 420
Outros passivos correntes	28	-	11 663 232	11 663 232
		-	132 351 985	132 351 985
		-	268 219 072	268 219 072
31 de Dezembro de 2020				
Passivos não correntes				
Financiamentos obtidos	23	-	107.134.788	107.134.788
Passivos de locações	9	-	3.861.844	3.861.844
Outras dívidas a terceiros	26	-	23.174	23.174
Instrumentos financeiros derivados		221.743	-	221.743
		221.743	111.019.805	111.241.548
Passivos correntes				
Financiamentos obtidos	23	-	33.666.088	33.666.088
Passivos de locações	9	-	3.447.402	3.447.402
Fornecedores	25	-	32.264.878	32.264.878
Outras dívidas a terceiros	26	-	3.674.425	3.674.425
Outros passivos correntes	28	-	11.050.212	11.050.212
		-	84.103.005	84.103.005
		221.743	195.122.810	195.344.553

Em 31 de Dezembro de 2020, o Grupo mantinha contratos de derivados para cobertura de taxas de juro para os seus financiamentos com as seguintes características:

Taxa fixa contratualizada		Valor Nominal		Justo valor	
31-12-2021	31-12-2020	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2021	31-12-2020
-	0,19%	-	35.000.000	-	(221.743)

No decorrer do ano de 2021 os referidos contratos terminaram, pelo que a 31 de Dezembro de 2021 o Grupo não mantém qualquer contrato de derivados para cobertura de taxas de juro nesta data.

12. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "Outros activos Financeiros" é como segue:

Outros activos financeiros - Não Correntes	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos mensurados ao Custo:		
Kuikila Moçambique	563 291	531 266
Nanopaint, Lda	150 000	-
Delp Itália	700 000	-
	1 413 291	531 266
Investimentos mensurados ao Justo Valor:	112 416	88 063
	1 525 707	619 329
Outros activos financeiros - Correntes	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos mensurados ao Justo Valor:		
Obrigações	6 676 480	7 673 252
Fundos de Obrigações	3 166 469	423 221
	9 842 949	8 096 474
Investimentos mensurados ao Custo:		
Depósitos a prazo	-	2 428 465
	-	2 428 465
	9 842 949	10 524 939

Os investimentos financeiros mensurados ao custo resultam do facto de se tratar de investimentos em sociedades não cotadas, e cujo justo valor não pode ser mensurado fiavelmente.

Os investimentos mensurados ao justo valor acima identificados, são instrumentos cotados, para os quais existe informação de mercado para utilizar medidas de valorização de Nível 1. Os pagamentos e recebimentos desta tipologia de instrumentos, são registadas na linha "Investimentos detidos para negociação" (Fluxos de caixa gerados pela atividade de investimento) da demonstração dos fluxos de caixa.

Em 31 de Dezembro de 2021 o aumento associado à rubrica de "Outros activos Financeiros – Não Correntes" é explicado pela inclusão do Grupo Boero Bartolomeo no perímetro de consolidação (Nota 5).

13. Impostos

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de Dezembro de 2021, bem como o respectivo movimento no exercício findo naquela data podem ser resumidos como segue:

	Saldos iniciais	Variação Perímetro	Transferências	Efeito em resultados (Nota 33)	Efeito em capitais próprios	Saldos finais
Activos por impostos diferidos:						
Amortizações não aceites fiscalmente	240 451	(16 018)	-	43 464	-	180 969
Provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	1 772 284	422 524	-	983 686	90 295	1 120 827
Fundo pensões (relativo a acréscimos de custos)	387 648	-	-	(430 015)	-	817 664
Prejuízos fiscais	554 057	500 720	-	501 575	-	553 202
Imparidade Propriedades Investimento	-	-	-	(697 312)	-	697 312
Avaliação de instrumentos derivados de cobertura	51 470	-	-	-	51 470	0
Outros	116 752	1 274 340	(1 235 590)	63 711	-	91 790
	3 122 662	2 181 566	(1 235 590)	465 109	141 765	3 461 764
Passivos por impostos diferidos:						
Reavaliação activos	1 769 477	2 000 000	(1 235 590)	(25 141)	5 956 556	8 465 304
Anulação de provisões	20 239	-	-	-	(20 239)	-
Ajustamentos Justo valor imóveis	974 116	-	-	(72 951)	-	901 165
Outros	1 128 468	-	-	-	(376 178)	752 290
	3 892 301	2 000 000	(1 235 590)	(98 092)	5 560 140	10 118 759

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de Dezembro de 2020, bem como o respectivo movimento no exercício findo naquela data podem ser resumidos como segue:

	Saldos iniciais	Variação Perímetro	Transferências	Efeito em resultados (Nota 33)	Efeito em capitais próprios	Saldos finais
Activos por impostos diferidos:						
Amortizações não aceites fiscalmente	299 935	-	-	59 482	-	240 451
Provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	1 925 022	-	-	93 110	59 627	1 772 284
Fundo pensões (relativo a acréscimos de custos)	371 784	-	-	(15 864)	-	387 648
Reserva de Fusão	229 221	-	-	232 802	-	(3 581)
Prejuízos fiscais	554 810	-	-	752	-	554 057
Avaliação de instrumentos derivados de cobertura	73 498	-	-	-	22 028	51 470
	3 552 293	-	-	347 942	81 685	3 122 662
Passivos por impostos diferidos:						
Amortização de reavaliações não aceites fiscalmente	3 972	-	-	(3 971)	-	-
Reinvestimento de mais valias	1 829	-	-	(1 829)	-	-
IAS Reavaliação activos	2 039 827	-	-	(122 400)	(147 950)	1 769 477
Anulação de provisões	20 239	-	-	-	-	20 239
Ajustamentos Justo valor imóveis	1 047 072	-	-	(72 956)	-	974 116
Outros	1 066 528	-	-	-	61 940	1 128 468
	4 179 465	-	-	(201 156)	(86 009)	3 892 300

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da CIN e das empresas do Grupo estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais das Empresas do Grupo sedeadas em Portugal desde 2018 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da CIN entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2021.

Em Espanha, no exercício de 2014, os prejuízos fiscais deixaram de ter limite temporal de utilização futura. Em França, a utilização futura dos prejuízos fiscais, não tem igualmente limite temporal.

Em 31 de Dezembro de 2021, o Grupo detinha créditos fiscais reportáveis como segue (com base nas respectivas declarações de rendimentos já entregues):

Exercícios em que foram gerados	Espanha	França
Anteriores a 2017	63 672 417	3 658 651
Exercício de 2017	7 999 218	-
Exercício de 2018	9 015 573	-
Exercício de 2019	6 525 036	675 760
Exercício de 2020	6 630 310	836 961
Exercício de 2021	5 715 944	-
	99 558 499	5 171 372

Não se encontram registados impostos diferidos activos relativamente a estes montantes.

As empresas Amida Inversiones, S.L., CIN Valentine, S.A., Pinturas Cin Canárias, S.A., Cin Inmuebles, S.L., CIN Soritec S.A. e CIN Govesan S.A. sedeadas em Espanha, encontram-se a ser tributadas de acordo com um Consolidado fiscal, cuja empresa-mãe é a Amida Inversiones, S.L.U., a qual agrega os prejuízos fiscais gerados pelas empresas do perímetro fiscal. As empresas do Grupo CIN sedeadas em França, CIN Celliose e PFI, são também tributadas pelo respectivo lucro consolidado fiscal, em conformidade com a legislação francesa.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos activos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

País origem da filial:	Taxa de imposto utilizada	
	31.12.2021	31.12.2020
Portugal	22,50%	22,50%
Espanha	25,00%	25,00%
Luxemburgo	24,90%	24,90%
Angola	25,00%	25,00%
Moçambique	32,00%	32,00%
França	29,50%	33,30%
Itália	27,90%	27,90%
México	30,00%	30,00%
África do Sul	28,00%	28,00%

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as Empresas portuguesas encontram-se adicionalmente sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Benefícios e Isenções Fiscais

(I) Espanha - Canárias

A legislação espanhola, nomeadamente na "Ley 19/1994, de 6 de Julho – Modificación del Régimen Económico y Fiscal de Canarias", alterada pelo "Real Decreto-Ley 12/2006 de 29 de Dezembro" estabelece como medida fiscal a "Reserva para investimentos nas Ilhas Canárias", que permite às empresas, em relação aos seus estabelecimentos localizados nas Ilhas Canárias, alocar os seus benefícios a tais reservas, como redução da sua base de cálculo de imposto, com um máximo de 90% do lucro não distribuídos. O montante de benefício atribuído deve-se materializar num período máximo de três anos, a partir do exercício fiscal em que foi dotado, na realização de investimentos e nos requisitos estabelecidos por aquela legislação.

Os montantes devem ser investidos em activos fixos tangíveis nas Ilhas Canárias e ser necessários ao desenvolvimento das suas actividades económicas, excepto no caso de contribuírem para a melhoria e protecção do ambiente naquele território.

Os activos devem permanecer operacionais na empresa pelo menos cinco anos, sem serem transferidos, alugados ou cedidos a terceiros para uso. A reserva, a qual está incluída na rubrica do capital próprio "Outras reservas" encontra-se indisponível enquanto os bens associados devam permanecer na Empresa, e cujo montante em 31 de Dezembro de 2021, ascendia a 4.993.975 Euros. Os valores pendentes de realização foram registados nos impostos das empresas correspondentes, num total de 265.235 Euros.

14. Outros activos não correntes

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Cauções e Garantias Prestadas	518 842	474 786
	518 842	474 786

Os montantes incluídos nesta rubrica referem-se a cauções e garantias prestadas a terceiros no âmbito de contratos de arrendamento celebrados e outros contratos relativos à actividade corrente do Grupo.

15. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	35 193 529	17 401 648
Mercadorias	10 171 674	6 847 320
Produtos acabados e intermédios	35 898 930	23 451 222
	81 264 134	47 700 190
Perdas por imparidade acumuladas em existências (Nota 28)	(6 999 265)	(6 615 586)
	74 264 869	41 084 604

O custo das existências vendidas e consumidas nos exercícios findos em 31 de Dezembro 2021 e 2020 foi apurado como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Existências iniciais		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	17 401 648	18 387 987
Mercadorias	6 847 320	7 453 664
Variação Perímetro	8 296 614	
Compras	182 958 453	103 365 552
Regularizações de existências	(597 690)	(474 152)
Efeito cambial	(1 263 203)	(1 353 808)
Existências finais		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	(35 193 529)	(17 401 648)
Mercadorias	(10 171 674)	(6 847 320)
	168 277 938	103 130 276

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de Dezembro 2021 e 2020 foi apurada como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Existências finais	35 898 930	23 451 222
Variação Perímetro	(12 825 346)	
Regularizações de existências	(114 808)	(231 315)
Efeito cambial		(699 461)
Existências iniciais	(23 451 222)	(27 888 258)
	(492 446)	(5 367 811)

16. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Cientes, não corrente	725 000	-
Cientes, conta corrente	72 759 204	28 117 254
Cientes, letras a receber	532 897	2 713 934
Cientes de cobrança duvidosa	9 388 455	7 485 609
	83 405 555	38 316 797
Perdas por imparidade acumuladas em clientes (Nota 28)	(10 698 593)	(8 652 666)
	72 706 962	29 664 131

A 31 de Dezembro de 2021 os montantes classificados na rubrica de clientes como não correntes são relativos à venda de equipamentos cujo valores em dívida apenas se vencerão a mais de 1 ano.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor. O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes.

De acordo com a informação constante no balanço do Grupo, a antiguidade dos saldos a receber de clientes é a seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
Não vencido	58 280 976	23 209 600
Vencido mas não provisionado:		
0-30 dias	8 050 403	3 554 547
30-90 dias	4 300 921	1 447 640
Mais de 90 dias	2 074 663	1 452 344
Vencido e provisionado:		
0-90 dias	79 819	686 807
90-180 dias	279 584	73 478
180-360 dias	535 891	360 776
Mais de 360 dias	9 803 298	7 531 605
	83 405 555	38 316 797

17. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldos devedores de fornecedores	215 497	264 340
Pessoal	310 831	145 550
Adiantamentos a fornecedores e fornecedores de imobilizado	1 223 624	-
Outros devedores	7 316 833	4 066 190
	9 066 785	4 476 082
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 29)	(4 047 521)	(1 515 160)
	5 019 265	2 960 922

A rubrica de "Outros devedores" apresenta em 31 de dezembro de 2021 uma conta a receber detida pela sua subsidiária CIN Brasil, com um montante líquido de, aproximadamente, 739.000 Euros (valor bruto de cerca 1.481.206 Euros).

O valor de perdas de imparidade refere-se, essencialmente, aos saldos presentes na rubrica de "Outros devedores".

18. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Seguros antecipados	40 365	12 321
Rendas antecipadas	308 643	110 287
Juros a receber	42 701	87 262
Campanhas Marketing	645 089	-
Outros	977 274	1 254 358
	2 014 072	1 464 228

Em 31 de Dezembro de 2021 a rubrica de Outros é composta essencialmente por custos com serviços contratados que se encontram a ser diferidos pelo período de ocorrência dos referidos serviços.

Face a 2020, em 31 de Dezembro de 2021 o aumento verificado na rubrica de Campanhas de Marketing é explicado pela inclusão no perímetro de consolidação do Grupo Boero.

19. Caixa e equivalentes a caixa

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o detalhe de caixa e seus equivalentes era como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes a caixa:		
Numerário	42 344	57 133
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	41 298 208	43 554 072
Equivalentes a caixa	44 684	41 633
	41 385 237	43 652 839

Em 31 de Dezembro de 2021, a Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito não utilizadas no montante de 74.967.021 Euros que poderão ser utilizadas para futuras actividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

20. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2021, o capital social da CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A., totalmente subscrito e realizado, é composto por 25.000.000 acções com o valor nominal de 1 Euro, cada.

Em 31 de Dezembro de 2021, a Pleso Holding B.V. detém 97,5% do capital da Empresa (Nota introdutória).

21. Capital próprio

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, apurado nas contas individuais da Empresa, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos accionistas, excepto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respectivos bens objecto de reavaliação tenham sido alienados.

Reservas de conversão cambial

As reservas de conversão cambial reflectem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor reflectem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

22. Interesses sem controlo

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o movimento da rubrica do balanço “Interesses sem controlo”, foi como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 1 de Janeiro	(2 646)	4.885
Movimentos gerados no exercício associados ao processo de aquisição do Grupo Boero (Nota 5):	11 762 603	-
Outras variações patrimoniais atribuíveis aos interesses sem controlo:	(330 696)	(5 726)
Resultado líquido do exercício	600 223	(1 805)
Saldo em 31 de Dezembro	12 029 484	(2.646)

O movimento do exercício inclui o impacto da aquisição do Grupo Boero na qual a entidade detém uma participação maioritária de 82,75% conforme referido na Nota 5.

Os interesses sem controlo encontram-se essencialmente associados às participações Grupo Boero Bartolomeo e Navis – Marine Paints.

A 31 de Dezembro de 2021, a informação agregada destas subsidiárias com interesses sem controlo incluídas no exercício de consolidação é como segue:

	31.12.2021					
Entidades com interesses sem controlo:	Activo Não Corrente	Activo Corrente	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	Total Activos Líquidos	Resultado do Exercício
Grupo Boero Bartolomeo	59 464 379	64 209 000	16 676 792	37 279 000	69 717 587	3 466 587
Navis – Marine Paints, S.A.	11 692	22 912	-	26 840	7 764	5 593

A informação agregada apresentada relativa ao Grupo Boero inclui os ajustamentos de justo valor efetuados decorrentes da operação de aquisição desta entidade com efeitos a 1 de janeiro de 2021 (Nota 5).

23. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2021, os financiamentos obtidos, por natureza de financiamento, são como seguem:

	Limite	Montante utilizado	Corrente	Não corrente
Empréstimos Bancários	55 125 494	17 687 136	9 768 502	7 918 634
Programas de Papel Comercial	110 500 000	73 000 000	38 500 000	34 500 000
Empréstimos Obrigacionistas	85 000 000	85 000 000	-	85 000 000
Subsídios ao Investimento	2 980 324	2 980 324	218 047	2 762 277
Encargos com emissão de empréstimos	-	-	(353 943)	(445 163)
	253 605 818	178 667 460	48 132 606	129 735 748

Os montantes registados na rubrica de "Encargos com emissão de empréstimos" são respeitantes ao impacto do cálculo do custo amortizado associado aos financiamentos obtidos nesta data.

Empréstimos bancários

Em 31 de Dezembro de 2021, o detalhe dos empréstimos bancários (excluindo programas de papel comercial) era como segue:

Empresa	Limite	Montante utilizado	Corrente	Não corrente
CIN Valentine	2 500 000	1 908 748	1 908 748	-
CIN SA	1 000 000	558 540	558 540	-
Boero Bartolomeo	47 300 000	11 019 000	6 526 000	4 493 000
Soritec	260 180	135 535	135 535	-
CIN Celliose	3 763 173	3 763 173	438 429	3 324 744
Nasa	302 140	302 140	201 251	100 890
	55 125 494	17 687 136	9 768 502	7 918 634

Os financiamentos obtidos de instituições de crédito acima referidos venciam juros a taxas de mercado nesta data.

Papel Comercial

Em 31 de Dezembro de 2021, os Programas de papel eram como segue:

Emissão	Montante total do programa	Valor nominal da emissão	Corrente	Não corrente	Juros
CIN- Corporação Industrial do Norte, S.A					
Contrato (28.000.000 Euros)					
37ª Emissão	28 000 000	16 000 000	16 000 000	-	9 994
Contrato (12.500.000 Euros)					
37ª Emissão	12 500 000	9 500 000	9 500 000	-	9 896
38ª Emissão		3 000 000	3 000 000	-	1 510
Contrato (20.000.000 Euros)					
111ª Emissão	20 000 000	15 500 000	-	15 500 000	19 375
Contrato (10.000.000 Euros)					
37ª Emissão	10 000 000	4 500 000	-	4 500 000	2 813
Contrato (10.000.000 Euros)					
6ª Emissão	10 000 000	10 000 000	10 000 000	-	25 000
Contrato (10.000.000 Euros)					
4ª Emissão	10 000 000	10 000 000	-	10 000 000	5 000
Contrato (10.000.000 Euros)					
Sem emissões à data	10 000 000	-	-	-	-
Contrato (10.000.000 Euros)					
Sem emissões à data	10 000 000	-	-	-	-
Cin Valentine SL					
Contrato (20.000.000 Euros)					
110ª Emissão	Contrato Grupado	1.000.000	-	1.000.000	1 208
Amida Inversiones					
Contrato (20.000.000 Euros)					

91ª Emissão	Contrato Grupado	3 500 000	-	3 500 000	4 229
	110 500 000	73 000 000	38 500 000	34 500 000	79 025

Os saldos das emissões de Papel Comercial estão subjacentes aos seguintes contratos de Programas de emissão de Papel Comercial:

Empresa	Montante Total do Programa	Data de Início	Validade
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	28 000 000	Junho de 2017	Junho de 2022
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	20 000 000	Setembro de 2020	Janeiro de 2024
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	12 500 000	Junho de 2017	Junho de 2022
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	10 000 000	Junho de 2016	Julho de 2024
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	10 000 000	Maio de 2017	Maio de 2022
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	10 000 000	Maio de 2017	Maio de 2024
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	10 000 000	Janeiro de 2020	Janeiro de 2022
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	10 000 000	Março de 2020	Março de 2025
	110 500 000		

De acordo com as condições dos contratos dos Programas de Papel Comercial, as emissões podem ser efectuadas até um ano, até ao limite contratado, tendo as instituições financeiras assumido a garantia de colocação integral de cada emissão a efectuar no âmbito dos contratos.

É intenção do Conselho de Administração da CIN utilizar os Programas acima referidos num período superior a doze meses.

Empréstimos obrigacionistas

Em 31 de Dezembro de 2021, as emissões dos empréstimos obrigacionistas eram como segue:

Empréstimos por obrigações	31/12/21	31/12/20	Data início	Data fim
CIN 2021/26	45 000 000	-	06-12-2021	06-12-2026
CIN 2020/25	20 000 000	20 000 000	10-01-2020	10-01-2025
CIN 2020/25	5 000 000	5 000 000	30-03-2020	30-03-2025
CIN 2020/25	15 000 000	15 000 000	18-03-2020	18-03-2025
CIN 2016/21	-	25 000 000	23-12-2016	23-12-2021
	85 000 000	65 000 000		

Estes empréstimos, de acordo com as suas condições vencem juros indexados à Euribor.

Subsídios ao Investimento – Portugal 2020

Financiamento no valor total de 3.040.357 Euros do qual ainda se encontra em dívida o valor de 2.980.324 Euros relativo à candidatura N° 24285 efectuada pela CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A.. A data para o primeiro reembolso corresponde ao número 1 da cláusula 7ª do contrato de investimento, segundo a qual: "o incentivo reembolsável é atribuído pelo prazo total de 8 anos, no qual se inclui um período de carência de 2 anos. Este prazo é contado: (i) deste a data em que o primeiro pagamento do Incentivo Reembolsável seja efectuado; ou (ii) desde o termo do exercício subsequente à entrada em vigor do presente contrato; consoante o que ocorrer em primeiro lugar.

Plano de Reembolso

Em 31 de Dezembro de 2021, os programas de papel comercial e os empréstimos obrigacionistas classificados como não correntes, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto, pressupondo a utilização total dos mesmos até ao final do seu prazo:

	Taxa de juro efectiva média	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Amortização		-	5 000 000	45 000 000	40 000 000	45 000 000	135 000 000
Juros	1,33%	1 797 500	1 699 236	1 320 569	743 840	637 500	6 198 646
		1 797 500	6 699 236	46 320 569	40 743 840	45 637 500	141 198 646

A reconciliação dos passivos decorrentes das actividades de financiamento em 31 de Dezembro de 2021 é como se segue:

Financiamentos Obtidos	2021	2020
Saldo em 01 de Janeiro	140 800 876	120 045 142
Variação do perímetro (Nota 5)	11 585 000	-
Fluxos de caixa:		
Recebimentos de financiamentos obtidos	115 151 725	109 868 179
Pagamentos de financiamentos obtidos	(89 197 746)	(89 031 277)
Actualização cambial dos financiamentos obtidos	3 142	(81 168)
Encargos com emissão de empréstimos	(474 643)	-
Saldo em 31 de Dezembro	177 868 354	140 800 876

Outras Obrigações

A 31 de Dezembro de 2021 existem operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento por parte do Grupo.

Nesta data, o Grupo possui um Rácio de Autonomia Financeira de 28,12% determinado como a proporção do Capitais Próprios sobre os Ativos Totais da Entidade.

Autonomia Financeira	31/12/21	31/12/20
Capital próprio	115 729 300	92 086 097
Ativos Totais	411 530 806	304 333 194
Rácio de Autonomia Financeira	28,12%	30,26%

Grupo possui ainda, nesta data, um Rácio de "Net Debt to EBITDA" de 2,40 determinado como a proporção da dívida líquida sobre o EBITDA.

"Net Debt to EBITDA"	31/12/21	31/12/20
Empréstimos bancários (Nota 23)		
Não Corrente	129 735 748	107 134 788
Corrente	48 132 606	33 666 088
	177 868 354	140 800 876
Locação operacional (Nota 9)		
Não Corrente	6 131 340	3 861 844
Corrente	4 496 571	3 447 402
	10 627 911	7 309 245
Caixa e equivalentes a caixa (Nota 19)	(41 385 237)	(43 652 839)
Outros activos financeiros (Nota 12)	(9 842 950)	(10 524 939)
Dívida Líquida	137 268 079	93 932 344
Resultados operacionais	32 891 668	21 018 406
Amortizações e depreciações (Nota 6, 8)	17 817 501	13 147 370
Provisões e perdas por imparidade (Nota 29)	6 298 678	368 033

EBITDA	57 007 848	34 533 809
Rácio de "Net Debt/EBITDA"	2,41	2,72

24. Responsabilidades com pensões

O Grupo CIN em vigor vários planos de benefícios de reforma definidos, os quais podem ser decompostos como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Fundo de Pensões CIN	3 634 076	1 722 896
Fundo de Pensões Boero Bartolomeo	1 378 000	-
	5 012 076	1 722 896

Fundo de Pensões CIN:

O Fundo de Pensões CIN, constituído por escritura de 31 de Dezembro de 1987 e administrado pela "SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.", destina-se a garantir aos trabalhadores que se reformem a partir daquela data, por invalidez ou por velhice, o direito a um complemento de reforma, pago mensalmente, cujo valor tem por base o vencimento ilíquido à data de reforma e é igual ao produto dos anos de serviço por 0,5% no máximo de 12,5% daquele vencimento.

De acordo com o relatório actuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo, o valor actual das responsabilidades por serviços passados com os colaboradores no activo e com os reformados em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, era como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Activos	7 201 427	5 582 705
Reformados	3 319 387	2 884 719
	10 520 814	8 467 425

Aquelas responsabilidades foram determinadas em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 com base no método de cálculo "Projected Unit Credit", tendo sido utilizada a tábua de mortalidade TV 88/90 e de invalidez SCOR, bem como foram assumidos como pressupostos, taxas de crescimento salarial de 0,5% (0,5% em 2020), taxas de rendimento do fundo de 3,60% (4% em 2020), taxa zero de crescimento das pensões em pagamento, taxa de juro técnica de 3,60% (4% em 2020) e tabela de "turnover" estimada a partir da realidade verificada nas Associadas do Fundo entre 1994 e 2020.

O movimento das responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 pode ser resumido como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Responsabilidades por serviços passados em 1 Janeiro	8 467 424	8 167 392
Custo dos serviços correntes	184 978	186 454
Custo dos juros	325 463	304 163
Perdas (ganhos) actuariais	1 866 674	135 466
Complementos de reforma pagos	(323 725)	(326 051)
Responsabilidades por serviços passados em 31 Dezembro	10 520 814	8 467 424

Os movimentos da situação patrimonial do fundo durante os exercícios de 2021 e 2020 foram como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 1 de Janeiro	6 744 527	6 515 015
Contribuições	-	492 000
Retorno Esperado	263 307	239 470
(Ganhos) e Perdas Financeiros	202 577	(175 907)
Complementos de reforma pagos	(323 725)	(326 051)
Diferença relativa à valorização do ano anterior	51	-
Saldo estimado em 31 de Dezembro	6 886 738	6 744 527

O Grupo mantém registado na rubrica “Responsabilidades com pensões” o montante necessário para a cobertura das responsabilidades por serviços passados não cobertos pela situação patrimonial do Fundo, em conformidade com o estudo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2021, ascendendo o saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2021 a 3.634.076 Euros (1.722.896 Euros em 31 de Dezembro de 2020).

O movimento ocorrido durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 na rubrica do passivo “Responsabilidades com pensões” relativo a benefícios de reforma não cobertos pelo património do Fundo de Pensões, foi como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 1 de Janeiro	1 722 896	1 652 376
Custos com o pessoal	247 134	251 147
Contribuições para o Fundo de Pensões	-	(492 000)
Custo dos serviços passados	-	-
Outro rendimento integral	1 664 096	311 373
Diferença relativa à valorização do ano anterior	(51)	-
Saldo em 31 de Dezembro	3 634 076	1 722 896

Fundo de Pensões Boero:

Em 31 de Dezembro de 2021 rubrica relativa ao Fundo de Pensões do Grupo Boero apresenta o seguinte movimento:

	31.12.2021
Saldo inicial	1.466.686
Custo dos serviços correntes	916.664
Perdas (ganhos) actuariais	35.375
Complementos de reforma pagos	(1.040.722)
Saldo final	1.378.003

Como contemplado pela IAS 19, com início em 2013, os ganhos e perdas actuariais em virtude da reavaliação da taxa utilizada no processo de descontos de “benefícios de empregados” (provisão FGTS) foram reconhecidos na demonstração de rendimento integral.

A aplicação retrospectiva estipulada pela norma contabilística IAS 8 veio em virtude das reservas à data de referência de 1 Janeiro de 2012.

Os principais pressupostos são os seguintes:

	31.12.2021
Taxa de mortalidade	Tables IPS55
Taxa de incapacidade	INPS tables divided by age and sex
Taxa de rotatividade de pessoal	3,00%
Taxa de desconto	0,98%
Taxa de aumento anual por indemnizações por cessação	2,813%
Taxa de aumento de salário	2,50%
Taxa de adiantamentos	0,00%
Taxa de inflação	1,75%

A taxa de desconto à data de 31-12-2021 é de 0.98% pelo *"Iboxx Corporate benchmark index"*, com a duração de 10+ anos e um rating de AA.

25. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades do Grupo, tendo a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores c/c	59 808 362	31 945 369
Fornecedores facturas em recepção e conferência	3 160 794	319 129
	62 969 156	32 264 499

Em 31 de Dezembro de 2021 as faturas descontadas em Confirming na rubrica de "Fornecedores, conta corrente" corresponde, a aproximadamente, 2 milhões de Euros.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os valores a pagar a fornecedores têm um vencimento inferior a 4 meses.

Em 31 de Dezembro de 2021 o aumento verificado na rubrica de fornecedores é, essencialmente, explicado pela inclusão no perímetro de consolidação do Grupo Boero.

26. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Corrente	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de Imobilizado	1 118 417	2 025 505
Saldos credores de clientes	445 084	270 177
Pessoal	951 229	238 203
Comissões Revendedores	1 459 639	-
Outros	1 116 051	1 140 540
	5 090 421	3 674 425
Não corrente		
Fornecedores de imobilizado	-	-
Outros	-	23 174
	-	23 174

Em 31 de Dezembro de 2021 as Comissões para Agentes correspondem à especialização de encargos com comissões devidos por entidades do Grupo Boero Bartolomeo.

Os montantes a pagar a fornecedores de imobilizado têm um vencimento inferior a 4 meses.

27. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinham a seguinte composição:

	Activo		Passivo	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	1 277 812	1.734.521	(2 393 562)	(3.595.235)
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1 879 806	971.016	(1 983 908)	(1.226.267)
Contribuições para a Segurança Social	-	-	(2 514 580)	(1.877.091)
Retenção de Impostos sobre o Rendimento	525 728	247.189	(983 383)	(701.442)
Outros impostos	241 159	238.269	(62 162)	(32.962)
	3 924 505	3.190.995	(7 937 595)	(7.432.997)

28. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Custos a pagar:		
Remunerações a liquidar	6 447 704	6 480 103
Rappel a pagar a clientes	595 305	976 759
Encargos financeiros a liquidar	-	293 079
Fornecimentos e serviços externos	1 566 453	1 470 462
Outros	2 986 217	1 682 725
	11 595 678	10 903 128
Proveitos diferidos:		
Subsídios ao investimento	-	77 257
Outros proveitos diferidos	67 552	69 826
	67 552	147 083
	11 663 231	11 050 212

O montante de "Rappel a pagar a clientes" refere-se a créditos a emitir a clientes no início do ano seguinte, de acordo com as condições comerciais acordadas.

A rubrica de "Outros" em Custos a pagar contempla em 31 de Dezembro de 2021 um montante de 2.908.704 Euros de gratificações a pagar ao pessoal (1.594.733 Euros em 2020).

29. Provisões e perdas por imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	2021					Saldos finais
	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações	Diminuições	Transferências	
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 16 e 17)	11 397 245	2 526 597	(895 874)	(885 473)	-	14 746 114
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 15)	6 615 589	4 043 761	-	(5 297 161)	-	6 999 265
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos disponíveis para venda (Nota 12)	2 021 601	155 000	(35 606)	-	-	2 140 995
Perdas por imparidade em Propriedades de Investimento (Nota 10)	-	1 683 561	-	-	-	1 683 561
Perdas por imparidade acumuladas em Goodwill (Nota 7)	-	3 500 000	-	-	-	3 500 000
Provisões	3 854 350	578 653	(1 687 740)	(6 260)	-	4 514 003

	2020					Saldos finais
	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações	Diminuições	Transferências	
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 16 e 17)	11.738.047	1.104.424	(97.562)	(1.347.664)	-	11.397.245
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 15)	6.788.322	2.694.631	(240.771)	(2.626.594)	-	6.615.589
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos disponíveis para venda (Nota 12)	1.896.101	125.500	-	-	-	2.021.601
Provisões	4.944.796	-	(1.065.448)	(25.000)	-	3.854.350

As “Perdas por imparidade acumuladas” encontram-se registadas no balanço consolidado anexo a deduzir ao valor do correspondente activo.

30. Vendas e prestações de serviços por mercados geográficos

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, foi como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Mercado interno	313 954 407	196 173 331
Mercado externo	37 699 847	30 309 219
	351 654 254	226 482 550

O Grupo define como mercado interno as vendas efectuadas nos países onde detém as suas operações (Nota introdutória).

31. Outros proveitos operacionais

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Outros proveitos operacionais” tinha a seguinte composição:

Outros proveitos operacionais	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhos para a própria entidade	125 461	141 876
Royalties cobrados	94 748	102 200
Redébitos de custos de transportes e outros serviços	487 089	439 735
Rendas cobradas	341 294	113 263
Alienação Propriedades de Investimento (Nota 10)	1 684 081	-
Subsídios Obtidos	127 920	292 395
Diferenças de câmbio favoráveis	650 099	150 242
Badwill (Nota 5)	7 908 547	-
Outros Proveitos Operacionais	916 459	764 536
	12 335 698	2 004 247

32. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 têm a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Custos e perdas:		
Juros suportados	2 314 595	1 800 150
Outros custos e perdas financeiras	2 037 715	1 511 253
	4 352 311	3 311 402
Resultados financeiros	(4 049 879)	(2 719 876)
	302 432	591 526
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos	302 321	501 700
Outros proveitos e ganhos financeiros	111	89 826
	302 432	591 526

33. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, são detalhados como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto corrente	5 925 832	4 460 940
Imposto diferido (Nota 13)	367 017	146 786
	6 292 849	4 607 726

34. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros em 31 de Dezembro de 2021 tinha a seguinte composição:

Composição	Geografia	31.12.21
Alfandega de Leixões	Portugal	24 939
Camara Municipal Maia	Portugal	75 000
Outras	Portugal	40 117
Agencia Catalada D L'aigua	Espanha	60 000
Solrede	Espanha	64 599
Ayuntamiento de Montcada	Espanha	51 320
Armazém Tortona	Itália	90 000
Outras	Itália	44 000
		449 975

35. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado pelo número médio de acções existentes durante o exercício.

	31.12.2021	31.12.2020
Resultados		
Resultado líquido do exercício	21 948 718	13 692 609
Número de acções		
Número médio ponderado de acções em circulação	25 000 000	25 000 000
Resultado por acção básico	0,878	0,548

36. Activos e passivos contingentes

Liquidações de Impostos:

No exercício de 2002, no âmbito do "Regime Excepcional de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social" (Decreto-Lei 248-A/2002 de 14 de Novembro), e no exercício de 2013, no âmbito do "Regime Excepcional de Regularização de Dívidas" (Decreto-lei n.º 36/2013, de 24 de Setembro), a Empresa procedeu ao pagamento de liquidações adicionais em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as quais tinham sido anteriormente reclamadas junto das autoridades competentes.

A Empresa registou a débito da rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" o montante de 443.745 Euros pago ao abrigo destes regimes, e não criou qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos de recuperação dos montantes pagos, por ser entendimento do Conselho de Administração da Empresa que o resultado das reclamações efectuadas lhe será favorável.

Processos judiciais:

Na data de aprovação destas contas, a empresa do Grupo, CIN Valentine, S.A., é co-demandada em diversos litígios em curso interpostos contra a modificação do "Plan General Metropolitano" e, como consequência, do projecto de reparcelamento referido na Nota 6. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2021 não incluem qualquer Provisão para esta situação, uma vez que o Conselho de Administração, suportada nos seus consultores legais, entende que do desfecho dos referidos litígios não resultarão quaisquer perdas para o Grupo, dado que qualquer prejuízo criado será objecto de indemnização por parte das autoridades públicas de acordo com os contratos em vigor.

37. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da CIN (Empresa-mãe) nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Conselho de Administração	710 000	504.915
Conselho Fiscal	24 000	22.785
Assembleia Geral	5 000	9.450

38. Trabalhadores ao serviço

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o número de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação foi de 1.629 e 1.315, respectivamente. O aumento verificado no número de colaboradores entre 2020 e 2021 deve-se à inclusão no perímetro do Grupo Boero que apresenta 308 colaboradores a 31 de Dezembro de 2021.

39. Partes relacionadas

Os termos ou condições praticadas entre o Grupo e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Consideram-se como partes relacionadas as empresas abaixo referidas, incluídas nas respetivas categorias:

- Empresas – Mãe (acionistas)
- Outras partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

31.12.21				
	Compras de inventários	Vendas de inventários	Serviços obtidos	Outros Rend. Obtidos
Cenaris, Gmbh	-	(10 047 125)	-	-
Chugoku - Boat Italy S.p.A.	27 815	(4 678 834)	(30 600)	(65 289)
	27 815	(14 725 959)	(30 600)	(65 289)

31.12.20				
	Compras de inventários	Vendas de inventários	Serviços obtidos	Outros Rend. Obtidos
Cenaris, Gmbh	-	(9 315 154)	-	-
	-	(9 315 154)	-	-

Para além das transações acima identificadas, não existiram transações com outras entidades relacionadas ou com administradores do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o Grupo apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

31.12.21				
	Clientes	Fornecedores	Outros credores	Outros devedores
Cenaris, Gmbh	297 464	-	-	-
Chugoku - Boat Italy S.p.A.	1 230 819	(115 256)	-	(14 280)
	1 528 283	(115 256)	-	(14 280)

31.12.20				
	Clientes	Fornecedores	Outros credores	Outros devedores
Cenaris, Gmbh	298 779	-	-	-
	298 779	-	-	-

40. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de Fevereiro de 2022. Adicionalmente, as demonstrações financeiras anexas em 31 de Dezembro de 2021 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Grupo entende que as mesmas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

41. Eventos subsequentes

Antecipamos que a recente guerra na Ucrânia venha a contribuir direta e indiretamente para o aumento do preço dos produtos e serviços transacionados no mercado, agravando a subida dos custos das empresas com a energia, os combustíveis, o gás e as matérias primas. Para compensar este aumento as empresas vão sentir a necessidade de reavaliarem o impacto e relevância de todos os custos existentes, o que pode originar uma maior pressão a nível de volumes e rentabilidade no Grupo Cin. Não obstante, o Grupo está preparado para operar neste contexto e desenvolver os seus negócios, e é nosso entendimento que o pressuposto da continuidade das operações assumido na preparação destas demonstrações financeiras não se encontra afetado e continua a ser apropriado.

Além do referido, não foram identificados outros eventos subsequentes, ajustáveis ou divulgáveis.

42. Informação relativa à área ambiental

O Grupo adopta as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objectivo de cumprir com a legislação vigente.

Em relação a esta matéria, importa salientar que o Grupo CIN se encontra a monitorizar e a tomar as medidas necessárias e adequadas relativamente às imposições previstas no Decreto-Lei nº 181/2006, de 6 de Setembro, nomeadamente quanto aos limites do teor total de compostos orgânicos voláteis ("COV") nas tintas decorativas e vernizes, tendo em vista prevenir ou reduzir a poluição atmosférica devida à formação de ozono troposférico resultante das emissões dos COV.

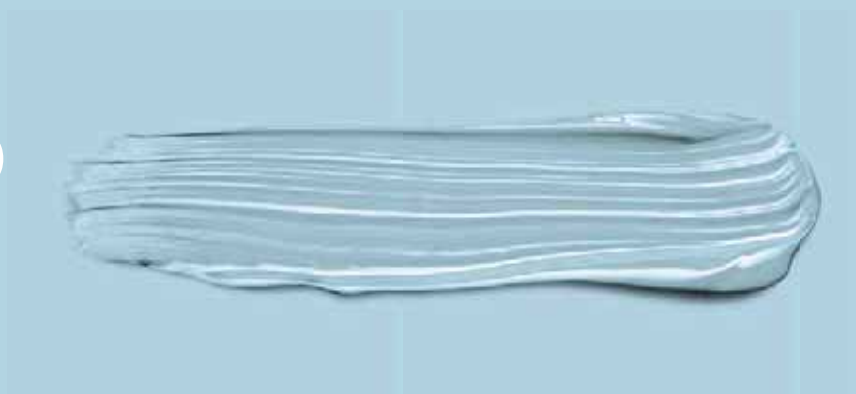
O Conselho de Administração do Grupo CIN não estima que existam riscos relacionados com a protecção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contra-ordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2021.

Maia, 14 de Abril de 2022

A TÉCNICA DE CONTAS Nº 63002
Paula Macedo

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
João Manuel Fialho Martins Serrenho, *Presidente*
Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa, *Vogal*
Maria João Serrenho Santos Lima, *Vogal*
Ângelo Barbedo César Machado, *Vogal*
Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro, *Vogal*
João Luís Baldaque da Costa Serrenho, *Vogal*
Fernando Jorge de Almeida Ferreira, *Vogal*

**CERTIFICAÇÃO
LEGAL**





Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC n.º 43
Registo na CMVM n.º 20161389
Bom Sucesso Trade Center
Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º
4150-146 Porto
Portugal

Tel: +351) 225 439 200
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 411.530.806 euros e um total de capital próprio de 115.729.300 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos acionistas da empresa-mãe de 21.948.718 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A., S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes das entidades que compõe o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 14 de abril de 2022



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Hugo Ricardo Alves Araújo, ROC
Registo na OROC nº 1437
Registo na CMVM nº 20161047



"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



The logo consists of the letters "CIN" in a bold, white, sans-serif font, centered within a dark blue rectangular background.

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S. A.

Av de Dom Mendo nº831 (antes EN13 Km6) - 4474-009 Maia - Portugal

T +351 229 405 000 - customerservice@cin.com

www.cin.com